# O Socialismo em prol do Homem

Edições da Agência de Imprensa Nóvosti

# O SOCIALISMO em prol do Homem

Edições da Agência de Imprensa Nóvosti
Moscovo, 1989

*Colectânea de artigos sobre a evolução da política social nos países da comunidade socialista.*
*A presente publicação é fruto da cooperação das agências de imprensa de países socialistas: Sófia-Press (República Popular da Bulgária), Budapress (República Popular da Hungria), VIA (República Socialista da Roménia), Panorama (República Democrática Alemã), Interpress (República Popular da Polónia), APN (URSS), Agência de Imprensa Orbis (República Socialista da Checoslováquia).*

СОЦИАЛИЗМ — ЧЕЛОВЕКУ
*на португальском языке*
Цена 50 к.

**0802000000**

© Edições da Agência de Imprensa Nóvosti, 1989

# INTRODUÇÃO

Com o triunfo da Grande Revolução Socialista de Outubro de 1917, iniciou-se uma nova época na História da Humanidade, de transição do capitalismo para o socialismo, de luta dos povos pela libertação total de todas as formas de exploração e opressão, por uma paz sólida. Foi precisamente este acontecimento político fundamental do nosso século que constituiu a fonte de formação do sistema mundial do socialismo e de queda do colonialismo, assim como do ascenso do movimento comunista internacional. O Grande Outubro deu um poderoso impulso ao desenvolvimento da luta de libertação nacional nos países da Ásia, África e América Latina.

Após a Segunda Guerra Mundial, os países socialistas irmãos, tendo-se unido no âmbito do Conselho de Ajuda Mútua Económica e de Organização do Tratado de Varsóvia, formaram uma nova comunidade sócio-económica e política internacional, a comunidade socialista.

Actualmente, o Conselho de Ajuda Mútua Económica, fundado em 1949 na qualidade de organização intergovernamental de vários países europeus, congrega 10 Estados socialistas da Europa, Ásia e América: Bulgária, Checoslováquia, Cuba, Hungria, República Democrática Alemã, Mongólia, Polónia, Roménia, União Soviética e Vietname. O território desses países constitui 25,4 milhões de quilómetros quadrados e o número de habitantes ultrapassa 460 milhões.

Nas relações entre os países da comunidade socialista afirmaram-se e desenvolvem-se coerentemente os princípios do internacionalismo socialista; respeito pela soberania de Estado, a independência e os interesses nacionais; não ingerência nos assuntos internos dos parceiros.

Nos 40 anos passados sobre a fundação do CAME, os níveis de desenvolvimento económico dos países europeus

membros desta organização aproximaram-se consideravelmente. Presentemente, todos eles são Estados industrializados. Assinale-se, a propósito, que na Bulgária, Polónia e Roménia a base industrial foi criada praticamente a partir do zero.

A Mongólia, Cuba e Vietname alcançaram sérios êxitos no fomento da sua economia nacional, fenómeno para o qual contribuíram substancialmente a ajuda e a assistência técnico-científica da URSS e outros países da comunidade socialista.

Os países membros do CAME são hoje responsáveis por mais de um terço da produção industrial mundial, um quarto do rendimento nacional global, um terço do potencial técnico-científico mundial, um quinto da produção agropecuária. Gozam de reconhecimento geral as realizações dos países membros do CAME nas pesquisas fundamentais e nalgumas esferas promissoras do desenvolvimento técnico. Não é por acaso que se ouvem hoje no Ocidente, com frequência cada vez maior, vozes sensatas, reconhecendo as realizações desses países não só no domínio da ciência, como também da metalurgia, construção de máquinas pesadas, indústria energética, técnica espacial e médica.

Nos quatro decénios de existência do Conselho de Ajuda Mútua Económica, a produção industrial por habitante aumentou nos seus países membros aproximadamente 10 vezes contra o indicador mundial médio de 3,5 vezes. O montante de despesas com a subida do bem-estar do povo ultrapassam 80% do rendimento nacional utilizado. O desenvolvimento económico nos países da comunidade socialista conduz à elevação do nível de vida, cultura e instrução da população, ao aperfeiçoamento e melhoria da previdência social e assistência médica. O ensino nos países irmãos é gratuito.

O desenvolvimento económico dos países da comunidade socialista, embora esteja sujeito, em maior ou menor grau, à influência dos processos económicos globais, obedece às suas próprias leis e depara com problemas fundamentalmente diferentes dos que são inerentes ao capitalismo moderno. Graças aos planos de desenvolvimento da economia nacional, os ritmos de fomento desses países são mais estáveis e seguros do que os do mercado livre ocidental. A sua maioria desconhece o flagelo social do desemprego. Nos anos de edificação de uma nova sociedade, aumentou várias vezes o nível de receitas per capita, cresceu consideravelmente o consumo. O



socialismo real demonstra cada vez mais plenamente as suas vantagens como sociedade de trabalho, colectivismo e que concede a todos os seus membros amplas garantias sociais, incutindo, assim, o sentimento de optimismo e justiça social.

O caminho percorrido pelos países da comunidade socialista não foi fácil nem em linha recta. Nos últimos anos, os países do CAME consolidaram substancialmente o seu potencial económico e técnico-científico, levaram a cabo grandes programas sociais, atingiram resultados convincentes na afirmação do modo de vida socialista. Ao mesmo tempo, no seu desenvolvimento social, revelaram-se dificuldades (nalguns casos, também fenómenos de estagnação) que, por vezes, geravam situações de crise. Os mecanismos de gestão económica resultaram ser pouco flexíveis e sensíveis às exigências apresentadas pelo progresso técnico e social. A tudo isso deve-se a necessidade da *perestroika* e renovação das relações sociais. Actualmente, esses países vivem um período de viragem, de buscas de novas variantes de solução dos problemas existentes e, frequentemente, de inovações revolucionárias audazes. São justificadas e indispensáveis porquanto reforçam o socialismo na prática e, por conseguinte, conduzem à melhoria da situação de todos os trabalhadores, garantem o desenvolvimento multifacetado e livre de cada homem, abrem amplos horizontes para o ascenso da economia, ciência, técnica, cultura e artes.

Nos últimos anos, tomámos plena consciência dos imperativos do tempo: o socialismo necessita de um sério impulso no sentido do progresso, pois a estagnação na ciência e técnica equivale à retrocessão. Exactamente com estes objectivos foi elaborado e, em Dezembro de 1985, adoptado o Programa Complexo conjunto de progresso técnico-científico dos países membros do CAME até ao ano 2000. Os países da comunidade socialista dispõem, para isso, de todo o necessário: um poderoso potencial produtivo, boas reservas técnico-científicas e de recursos naturais, quadros qualificados. Também o sistema de planificação permite concentrar grandes recursos nas direcções prioritárias.

O que significa isso? «Medidas de caráctêr autárquico», como no Ocidente foi baptizado apressadamente o novo documento? Será que a intensificação dos laços integracionais no quadro do CAME significa a redução das possibilidades para a cooperação económica com os países em vias de desenvolvimento e capitalistas? Claro que não! A própria história prova-o: o rumo à «autarquia», isto é, o auto-

-isolamento económico, tanto mais colectivo, foi sempre alheio ao socialismo. E muito menos é concebível hoje.

Agora que a revolução técnico-científica tem um carácter global, o socialismo propõe a todos os povos resolverem em conjunto os problemas energético e alimantar, as questões da utilização da técnica electrónica e informática moderna para o bem da sociedade, a preservação e poupança dos recursos do planeta, a protecção do meio ambiente... Actualmente, esses problemas dizem respeito a todos e a cada um de nós e é por isso que lhes chamamos globais, universais.

Vemos claramente as metas prioritárias discernidas no limiar do terceiro milénio. A consecução dessas metas permitirá aos países da comunidade socialista alcançarem em conjunto posições qualitativamente novas na ciência, técnica, produção e, consequentemente, atribuírem ao impulso internacionalista do socialismo uma nova força, tornando-o mais atractivo para as pessoas do mundo inteiro.

O socialismo é uma sociedade em permanente desenvolvimento. É, segundo disse Mikhail Gorbatchov, como que uma série de passagens dinâmicas, um ascenso incessante pela escada de progresso histórico e social. O elemento-chave que o socialismo tem hoje como meta de orientação no processo de *perestroika* é a revelação do conteúdo humanista do nosso regime. Uma plena realização de todas as possibilidades da sociedade de novo tipo que devem não simplesmente «servir o homem» no sentido consumista, mas elevá-lo, ajudá-lo a tornar-se mais perfeito, mais rico espiritualmente. É justamente o humanismo real, ao serviço do homem enaltecendo-o, que constitui o supremo critério da eficácia do funcionamento da sociedade.

* * *

O presente livro é dedicado aos programas de desenvolvimento sócio-económico dos países da comunidade socialista, aos êxitos e às dificuldades que têm na realização da sua política social. Com todas as diferenças das condições geográficas, sociais, políticas e outras que se verificam na vida das pessoas no mundo socialista, une-as um objectivo comum: o fomento da produção social voltada para a subida do bem-estar do povo, a satisfação das necessidades individuais e o desenvolvimento multifacetado do homem. A unidade internacionalista dos objectivos e interesses condiciona a unidade internacionalista dos meios da sua consecução e satisfação,



o que se traduz no fomento cada vez mais profundo da divisão internacional do trabalho e da integração económica socialista. Na sua base, obtém-se **não simplesmente o efeito de conjugação, mas sim de multiplicação dos nossos potenciais.**

Qual a essência da etapa actual de desenvolvimento da comunidade socialista? Os países irmãos vêem-na, em primeiro lugar, no aperfeiçoamento e enriquecimento da cooperação, na garantia da sua estreita colaboração nas esferas política, económica, ideológica, cultural, defensiva e outras. Tudo isto está intimamente ligado ao desvelo máximo pela coadunação orgânica dos interesses nacionais e internacionais de todos os participantes na comunidade socialista. Trata-se hoje da necessidade de fazer passar a interacção internacionalista dos países irmãos a funcionar num regime mais intensivo. Por outras palavras, é preciso torná-la mais resultativa, reestruturar o sistema de cooperação dos países membros do CAME com vista à aceleração do desenvolvimento sócio-económico com base nas últimas realizações da cieñcia e da técnica, o que pressupõe a supressão de todos e quaisquer obstáculos na via da cooperação internacional eficaz e mutuamente vantajosa.

Convém assinalar que a consecução do objectivo supremo da produção socialista não é apenas o aumento do consumo individual e o desenvolvimento multifacetado da personalidade, como também a aproximação gradual dos níveis de vida das classes, dos grupos sociais e membros da sociedade em separado. Aliás, as primeiras a serem eliminadas serão as diferenças existentes nos níveis de consumo individual dos bens materiais e espirituais das classes e sectores da sociedade, o que irá garantir a consecução paulatina da igualdade completa no comunismo. A eliminação total das diferenças sociais, culturais e domésticas entre a cidade e o campo, no modo de vida e no carácter do trabalho do campesinato e operariado será concluída na fase superior do comunismo. Mas, enquanto existem tais diferenças, os partidos e governos dos países da comunidade socialista consideram como assunto sumamente importante levar em linha de conta na sua política as particularidades dos interesses de diversas classes e camadas sociais.

A aceleração do desenvolvimento sócio-económico com base na intensificação da produção e na utilização máxima das realizações do progresso técnico-científico acarretou a necessidade de elaboração e adopção (em 1985) do Programa Complexo de Progresso Técnico-Científico dos países mem-

bros do CAME até ao ano 2000 (PCPTC). A sua concretização contribuirá para a aceleração do igualamento gradual dos níveis de desenvolvimento económico dos países da comunidade socialista, para o aumento da eficácia da assistência técnico-científica e económica, por parte dos países europeus membros do CAME, ao Vietname, Cuba e Mongólia.

No PCPTC, foram definidas as vias concretas de aceleração do progresso técnico-científico com base na concentração dos esforços e da organização de uma estreita cooperação íntegra no âmbito do CAME em cinco direcções prioritárias da etapa actual da revolução técnico-científica, abrangendo praticamente todos os sectores das economias nacionais dos referidos países, tal como todas as esferas da vida dos seus habitantes.

O avanço nessas direcções fará aumentar nos países da comunidade socialista, para o ano 2000, no mínimo, para o dobro a produtividade do trabalho e diminuir acentuadamente o consumo de energia e matérias-primas por cada unidade do rendimento nacional, contribuindo assim para uma intensificação acelerada do fomento da economia nacional.

Semelhante concentração das forças e recursos dos países irmãos cria condições propícias para uma revelação cada vez mais plena das capacidades de cada pessoa, o florescimento da cultura material e espiritual, o aperfeiçoamento do modo de vida. Será substancialmente activado o factor humano, sem o qual, como se sabe, a sociedade socialista não pode funcionar com eficácia.

A realização do PCPTC abre grandes perspectivas também para o aprofundamento da especialização e cooperação internacionais nas esferas técnico-científica e produtiva, o que melhorará consideravelmente as condições de desenvolvimento dos ramos ligados ao consumo dos bens materiais e espirituais pelos trabalhadores. Isso diz respeito, antes de mais, ao sector agropecuário, às indústrias alimentar, ligeira, à construção habitacional e sócio-cultural, à esfera de serviços. Assim, o Programa Complexo de desenvolvimento da produção dos artigos de amplo consumo e da esfera de serviços para o período de 1986 a 2000 dispensa especial atenção à necessidade de aprofundar a especialização e cooperação internacionais da produção, e alargar a colaboração dos países da comunidade socialista.

Prevê-se ainda uma interacção técnico-científica mais activa com vista à organização da produção de novos tipos de artigos de amplo consumo, à melhoria da qualidade de



mercadorias com base em projectos conjuntos de processos tecnológicos e de materiais, ao lançamento na produção de sistemas de máquinas e equipamentos de ponta.

Os países membros do CAME ampliarão por todos os meios a cooperação na troca de experiências na gestão, planificação da produção e comercialização das mercadorias, prestação de serviços, previsão da procura e oferta, desenvolvimento do intercâmbio de artigos de alta qualidade através das redes de comércio interna e fronteiriça, a cooperação de consumo e sistemas de super-mercados.

Os países irmãos programaram um vasto desenvolvimento do sector agropecuário tanto para o quinquénio corrente como para uma perspectiva mais duradoura. Assim, no XIII Congresso do Partido Comunista Romeno foi salientado que no novo quinquénio dever-se-á efectuar uma nova revolução agrária, a qual pressupõe mudanças gerais no carácter do trabalho, vida e mentalidade do campesinato cooperativizado, a obtenção de produtos agropecuários que satisfaçam completamente tanto a procura por parte de todo o povo como as necessidades específicas da economia nacional.

«Continua a ser uma tarefa de especial importância — frisa-se nos documentos do XIII Congresso do Partido Socialista Operário Húngaro — o desenvolvimento coordenado do sector agropecuário e da indústria alimentar. Para tal, é necessário utilizar com eficácia e renovar constantemente a base técnico-material e biológica da produção de géneros alimentícios. Dar-se mais atenção à introdução mais rápida possível das realizações científicas nacionais e estrangeiras na prática de produção, à utilização racional das terras agrícolas.»

Mobilizando os recursos próprios para a elevação da eficácia do complexo agro-industrial, os países membros do CAME cumprem um vasto programa de cooperação a fim de, em curto prazo, garantir o abastecimento estável da população com os alimentos necessários, melhorar a estrutura da alimentação por meio da produção de géneros da mais alta qualidade. Na 37.ª reunião da Sessão do CAME (Outubro de 1983), os países membros aprovaram medidas complexas de cooperação para a melhoria do abastecimento da população com géneros alimentícios na qualidade de suplemento à realização do Programa a longo prazo de cooperação em matéria da agropecuária e indústria alimentar. Essas medidas integrais compreendem 47 tarefas visando a cooperação eco-

nómica e técnico-científica em todas as esferas do complexo agro-industrial.

São direcções importantes da cooperação técnico-científica para o período de 1986 a 1990 a automatização dos processos da produção agropecuária com o emprego de micro-processadores e robots; os processos e meios tecnológicos para a produção e utilização da biogénese; a diminuição do consumo de energia para o cultivo e colheita de culturas agrícolas; a utilização de possantes máquinas automáticas para a colocação de adubos minerais e orgânicos.

São criados novos processos tecnológicos e produções sem resíduos nos ramos da indústria alimentar. Resolvem-se, de modo integral, problemas da elaboração de tecnologias ainda na fase anterior à construção de modelos experimentais e preparação de propostas de organização da sua produção em série.

A realização integral de um amplo círculo de medidas, traçadas para o quinquénio em curso, permitirá elevar consideravelmente o nível de produção e especialização no complexo agro-industrial, designadamente no seu ramo agrário que, por enquanto, não corresponde em pleno volume às crescentes necessidades dos países membros do CAME quanto aos principais tipos de víveres. Para o ano de 1990, os países da comunidade socialista terão de aumentar substancialmente a produção de muitos géneros alimentícios e, antes de tudo, de carne.

Segundo os dados da Organização da Agricultura e Alimentação e da Organização Mundial da Saúde, sendo a necessidade diária de energia per capita equivalente, em média, a 2570 calorias, nos países socialistas europeus o consumo real de produtos alimentares assegura o nível de 3000 a 3200 calorias, o que é 17 a 27% superior à exigida. Entretanto, nas rações alimentares aumenta absoluta e relativamente o consumo dos produtos mais valiosos, por exemplo de ovos e carne, enquanto o dos produtos de panificação e batata, diminui.

Embora os países socialistas irmãos tenham alcançado êxitos consideráveis no consumo dos principais tipos de víveres, o volume e a estrutura do consumo dos produtos alimentares básicos ainda não corresponde, na maioria deles, às normas racionais.

Na Cimeira Económica dos países membros do CAME (1984) foram também traçadas as principais direcções da interacção na produção de artigos de amplo consumo de alta



qualidade que visam: o reforço da base de matérias-primas, o reapetrechamento técnico e a modernização dos respectivos ramos industriais, o aumento da produção dos artigos destinados a fornecimentos recíprocos, a ampliação da cooperação na produção de mercadorias de uso duradouro e o alargamento do intercâmbio dos artigos de consumo de elevada qualidade.

Nos últimos 10 anos, o nível técnico das máquinas e equipamentos para a indústria alimentar, fabricados nos países da comunidade socialista, tem-se elevado, renovando-se constantemente o seu sortimento, o que se deve às mudanças ocorridas na tecnologia de produção dos tecidos, vestuário, calçado. Nalguns países com produções de máquinas têxteis tradicionalmente desenvolvidas, como por exemplo a RDA e a Checoslováquia, foi organizada a produção em série de equipamentos de ponta, nomeadamente as linhas tecnológicas automatizadas para empresas têxteis, de confecções, de calçado; máquinas de tricotagem com blocos electrónicos; equipamentos automáticos de corte e costura com o emprego de raios laser; iniciou-se a utilização de robots industriais para a manutenção corrente dos equipamentos tecnológicos.

A produção de mercadorias de consumo é um complexo processo tecnológico com o emprego de um grande número de equipamentos. Por exemplo, na indústria têxtil moderna utilizam-se até dois mil tipos de máquinas. Neste contexto, reserva-se especial papel na produção de artigos da indústria ligeira à especialização e cooperação na fabricação de máquinas e equipamentos.

Acordos de especialização e cooperação abrangem mais de 75% dos tipos de máquinas e equipamentos para os ramos da indústria ligeira. Um desses acordos diz respeito à cooperação multilateral na produção de máquinas têxteis supervelozes sem lançadeira, que com base em conjuntos e peças fabricados em diferentes países irmãos são montadas na URSS, na Empresa de Tcheboksári. Essas máquinas, em comparação com as que utilizam lançadeiras, permitem elevar a produtividade do trabalho na fabricação de tecidos de algodão 1,5 a 2 vezes e na fabricação de tecidos de lã e seda, 2,5 a 3 vezes.

No quadro da «Intertextilmach», vigora o acordo multilateral de fabricação de agulhas e placas para máquinas de tricotagem, o qual permitirá reduzir as importações dessas peças dos países capitalistas. Organiza-se a cooperação na

produção de máquinas modernas para a fabricação do couro artificial, artigo por enquanto deficitário nos países membros do CAME, incluindo máquinas e equipamentos para a fabricação de couros sintéticos leves, camurça para vestuário, etc.

Importante papel é desempenhado pela cooperação técnico-científica que, além da criação de novos modelos de máquinas e equipamentos, visa muitos outros trabalhos e projectos de uniformização e padronização dos equipamentos. Por exemplo, com base na cooperação soviético-checoslovaca, foram criadas máquinas de fiar pneumomecânicas sem fusos do tipo BD, que são 3 a 4 vezes mais producentes das que utilizam fusos. Alguns países capitalistas adquiriram licenças de fabricação dessas máquinas.

Graças à cooperação técnico-científica multilateral de alguns países membros do CAME (Hungria, RDA, Polónia, URSS e Checoslováquia), foram criadas linhas altamente económicas para a produção de artigos acabados nas indústrias de confecções e calçado.

Futuramente, os países membros do CAME terão de levar a cabo grandes trabalhos com vista a uma mais ampla utilização, na construção de máquinas para a indústria ligeira e alimentar, de linhas automáticas, aparelhos electrónicos, robots, computadores para o controlo e direcção dos processos tecnológicos ininterruptos; à introdução na prática de produção de linhas tecnológicas mecanizadas nos ramos têxtil, de confecções e calçado; à construção de sistemas de equipamentos com base em tecnologias que poupam recursos e funcionam sem resíduos, e que melhoram as condições de trabalho, sendo completamente inofensivas para o meio ambiente.

A cooperação em ampliação constante na base da divisão internacional do trabalho em matéria de fabrico de mercadorias de amplo consumo (assim como a criação da respectiva base técnico-material para a mesma) constitui um sério factor do crescimento da produção e do consumo dessas mercadorias pela população.

Desse modo, a par da mobilização dos recursos internos e de um envolvimento cada vez mais amplo de diversos ramos da economia nacional na produção de artigos para a população, um papel importante e cada vez maior reserva-se, na subida do bem-estar material e espiritual e na aceleração do progresso sócio-económico dos países membros do CAME, a um aproveitamento eficaz das possibilidades que encerram as relações de produção socialistas internacionais.

# REPÚBLICA POPULAR DA BULGÁRIA

*Por Ivan Dótchev*

A revolução socialista triunfou na Bulgária a 9 de Setembro de 1944. O V Congresso do Partido Comunista Búlgaro (1948) delineou as direcções fundamentais do desenvolvimento sócio-económico do país; o cumprimento das tarefas por ele formuladas garantiu à Bulgária a transição do capitalismo ao socialismo. No Plenário do Comité Central do PCB, realizado em Abril de 1956, foi dado início a uma nova linha política do partido.

O país alcançou grandes êxitos em todos os domínios da vida da sociedade. Só nos últimos 30 anos, o rendimento nacional do país aumentou oito vezes; os seus fundos básicos, 10 vezes; a produtividade do trabalho social, 8,4 vezes. A produção industrial cresceu 14 vezes, inclusive a metalomecânica, 61 vezes; a química, 55 vezes. A produção anual média dos cereais subiu de 4,1 milhões de toneladas (1953-1957) para 8,4 milhões de toneladas (1981-1985). As receitas reais da população em termos do cálculo per capita aumentaram 4,3 vezes e os fundos de consumo sociais, 18 vezes.

O desenvolvimento auspicioso da economia criou condições favoráveis para a elevação do nível da ciência, cultura, instrução, a subida do nível de vida do povo, o reforço e aperfeiçoamento do modo de vida socialista. Nesta base, continuaram a consolidar-se a unidade sócio-política e ideológica do povo, a sua coesão em torno do PCB. A educação partidária, patriótica e internacionalista dos trabalhadores, especialmente da juventude, atingiu o mais alto grau.

No país aperfeiçoam-se as relações socialistas de produção, desenvolvem-se as forças produtivas. Efectua-se em larga escala a construção básica para se poder criar uma indústria nacional qualitativamente nova quer quanto às suas proporções, quer quanto à sua estrutura, um novo sector agropecuário com um elevado grau de concentração de pro-

dução e mecanização, assegurar o progresso no fomento dos transportes, construção civil, comunicações.

A parte fundamental dos investimentos é canalizada para o desenvolvimento da produção material, antes de tudo para a indústria. Esta distribuição dos recursos nacionais deve-se à necessidade objectiva de se conseguir o crescimento prioritário dos mais importantes ramos que se distinguem por elevada eficácia: a energética, construção de máquinas, indústria química, metalurgia, produção dos materiais de construção. Em todas as etapas de desenvolvimento do país tem sido dispensada igualmente séria atenção a outros ramos para a criação de uma adequada infra-estrutura produtiva que permita obter a máxima eficiência na produção.

Nos últimos anos, tem-se mudado a orientação dos investimentos básicos, aperfeiçoa-se a sua estrutura. Aumenta a quota-parte dos investimentos destinados à formação dos fundos não produtivos: a construção de habitações, instalações médicas e culturais, estabelecimentos de ensino. Se em 1970 para os fundos não produtivos foram canalizados 23,8% dos investimentos e para a construção habitacional, 9,7%, já em 1985, respectivamente, 27,7% e 12,8%. Assim se tem realizado na prática a política do partido visando a elevação do nível de vida dos trabalhadores.

Cada país socialista procura alcançar a utilização completa e eficaz da sua mão-de-obra disponível que é a principal força produtiva da sociedade. Na estrutura anterior à guerra da economia búlgara, a mão-de-obra era aproveitada só a três quartos e mais de 80% da população activa estava ocupada no sector agrícola. Com o triunfo na Bulgária da revolução socialista, o PCB optou pela única via certa: a cooperação agrícola e uma ampla utilização da experiência e assistência soviéticas para o lançamento de sólidos alicerces técnico-materiais e a resolução dos problemas energético e de matérias-primas. Em prazos particularmente curtos, foi efectuada na Bulgária a transformação radical da estrutura inter-sectorial da economia nacional. Construíram-se muitas novas empresas industriais e outras que ajudaram a garantir na realidade o direito de cada cidadão, consagrado na Constituição do país, ao trabalho, criar condições prévias para o desenvolvimento intensivo e a introdução das realizações da ciência e técnica na produção.

Como consequência das vertiginosas industrialização, cooperação e mecanização do sector agropecuário, parte considerável da população, anteriormente ocupada na agricultura e pecuária, passou a trabalhar na indústria, construção civil e transportes. Se em 1970 estavam concentrados na indústria 30,3% da mão-de-obra e no sector agrícola, 35,2%, já em 1985 trabalhavam na indústria 37,3% e na agropecuária, 20,4% de todas as pessoas ocupadas na economia nacional. Para o período de edificação socialista é característica também outra tendência: a redução da parte das pessoas empregadas na esfera da produção material e o crescimento da ocupação na esfera não produtiva. Assim, nos 15 anos posteriores, a parte dos trabalhadores empregados na esfera não produtiva aumentou 25%.

O país esforça-se por que o aumento planeado da produção seja garantido através de introdução das realizações do progresso técnico-científico na produção e muitas operações estereotipadas, no momento manuais, sejam mecanizadas. Na prática, isso significa que é necessário resolver, a ritmos acelerados, os problemas do trabalho em todos os ramos e esferas da produção social. Trata-se, designadamente, da orientação profissional da mão-de-obra, da preparação técnica e tecnológica, do nível de instrução de quadros, das questões de um aproveitamento ideal e eficaz no trabalho das capacidades de cada trabalhador concreto, das questões do aumento da qualidade do trabalho, dos estímulos materiais e incentivos morais no processo laboral.

O emprego das realizações da revolução técnico-científica, a elevação do nível de qualificação dos operários e empregados, a garantia de possibilidades para o trabalho multifacetado das mulheres, tudo isso cria na Bulgária condições para a redução da jornada de trabalho e o aumento do tempo destinado ao descanso, à satisfação das necessidades culturais dos cidadãos.

Graças ao desenvolvimento intensivo da economia, o rendimento nacional e o produto social aumentaram 234,9% em 1985, contra 1970. O produto social perfazia 75 160 milhões de levs e o rendimento nacional equivalia a 25 450 milhões. Em todo o período de edificação socialista, o rendimento nacional e o produto social da Bulgária cresciam, em média, sete a oito por cento ao ano.

Um traço típico do desenvolvimento económico do país são os ritmos cada vez mais estáveis. Isso é resultado de uma política correcta com vista ao fomento das forças produtivas e à formação das estruturas económicas modernas, quando a produção social passa a depender cada vez menos das condições meteorológicas e climatéricas, assim como das

mudanças, a essas ligadas, nos ritmos de crescimento da produção agropecuária.

Os ritmos de desenvolvimento da indústria foram e continuam a ser um dos factores fundamentais do fomento equilibrado e estável da economia búlgara. Nas condições do socialismo, a indústria afirmou-se na qualidade de sector básico e prioritário da economia. Mudanças radicais operaram-se na sua estrutura sectorial interna. Em ritmos especialmente elevados desenvolveram-se os seus ramos-chave: energética, construção de máquinas, metalurgia, indústria química, produção de materiais de construção. Em 1985, as indústrias metalomecânica, electro-técnica e electrónica eram responsáveis por 26,5% de toda a produção industrial; a química e a de borracha sintética, por 8,8%.

Nos anos de construção socialista, alteraram-se substancialmente a estrutura e a base material das indústrias ligeira e alimentar, tradicionais para a Bulgária. Foram criadas condições para a elevação sistemática do nível de tratamento das matérias-primas e dos materiais, para o alargamento do sortimento de artigos fabricados e a sua renovação em conformidade com os desejos dos consumidores.

Na construção civil ocorreram igualmente mudanças estruturais. Devido à adopção de grandes programas de construção básica, tem tido um desenvolvimento considerável a produção dos materiais de construção.

São levadas a cabo medidas integrais com vista à melhoria do trabalho nos transportes ferroviários, nomeadamente a sua modernização, electrificação e elevação do grau de segurança. Uma grande atenção é dispensada ao aperfeiçoamento dos transportes ferroviários, aéreos, marítimos e fluviais tendo em conta o desenvolvimento de um ramo tão importante da economia como o turismo.

Antes da revolução socialista, a Bulgária era um país agrário atrasado com indústrias pouco desenvolvidas e o sector agropecuário fragmentado e primitivo. Em 1939, a correlação entre as produções agropecuária e industrial era de 3:1 a favor da primeira, trabalhando nela mais de três milhões de pessoas com a taxa de ocupação de 150 a 160 dias por ano.

A colectivização do sector agrícola assinalou uma nova era no seu desenvolvimento. As transformações revolucionárias no campo, o reforço e o desenvolvimento do regime socialista na Bulgária contribuíram para um rápido crescimento do volume e nível da produção agropecuária. Os fundos de produção básicos aumentaram de 4353 milhões de



levs em 1970 para 8903 milhões de levs em 1985 e a produtividade do trabalho subiu 188,9%. As mudanças produzidas na estrutura produtiva do sector agropecuário, nomeadamente o aumento da produção pecuária, melhoraram o abastecimento da população com víveres. Graças às medidas integrais aplicadas no sector agropecuário, foram obtidas colheitas sem precedentes de várias culturas.

Um importante resultado do crescimento rápido da economia é não só o desenvolvimento do país em geral, como também o florescimento de regiões, cidades, aldeias concretas. Na Bulgária, não existem zonas mais adiantadas ou atrasadas. Devido à construção de empresas pequenas e médias, perante os habitantes rurais abrem-se possibilidades sem iguais, fundamentalmente em matéria de ocupação.

O XII Congresso do PCB (1981) formulou como da linha estratégica do desenvolvimento económico a passagem para a intensificação multiforme da economia nacional. Nos primeiros anos de edificação socialista, quando era necessário construir novas empresas e ramos inteiros, criar uma estrutura eficiente de produção, resolver os problemas do emprego da população, as medidas extensivas desempenharam o seu papel positivo. No entanto, nas condições de orientação para o lançamento dos alicerces técnico-materiais da sociedade socialista desenvolvida, de novas tarefas que se põem ao país no contexto da divisão socialista internacional do trabalho, de elevado grau de ocupação e da situação concreta que existe actualmente na produção, tornou-se evidente a necessidade de desenvolvimento intensivo da economia com base no progresso técnico-científico.

No XIII Congresso do PCB (1986), foi constatado que as tarefas relacionadas com a intensificação da economia foram, em termos gerais, cumpridas. Introduziam-se aceleradamente na prática as realizações da ciência e da técnica, utilizava-se activamente a experiência avançada nacional e estrangeira, aperfeiçoava-se a organização do trabalho e elevava-se o nível de qualificação dos quadros. Cresceu substancialmente o potencial técnico-científico e económico do país. São levadas à prática medidas voltadas para satisfazer cada vez mais plenamente as necessidades materiais e espirituais do povo. Amplia-se e aprofunda-se a participação da Bulgária na integração económica socialista.

Esses resultados do desenvolvimento sócio-económico da Bulgária criaram uma base real para a realização de uma

política social coerente, para a constante elevação do bem-estar material e cultural do povo.

Assim, no oitavo quinquénio (1981-1985), conseguiu-se aumentar na Bulgária as receitas reais por habitante em 19,7%. A principal fonte desse aumento continua a ser o salário que, nos últimos cinco anos, subiu 17,3%. O salário mínimo aumentou de 100 para 120 levs. Cresceram consideravelmente os salários de jovens especialistas com instrução média e superior, assim como a remuneração do trabalho dos médicos, professores, mecanizadores rurais, trabalhadores da indústria extractiva e energética, etc. O consumo social per capita subiu de 874 levs em 1970 para 2299 levs em 1985; o salário nominal aumentou nesse período de 1486 para 2564 levs.

No oitavo quinquénio, foram aumentadas as pensões mínimas por invalidez e velhice, assim como as que são pagas aos camponeses de cooperativas. Se em 1970 os pagamentos em termos dos mais diversos tipos de pensões constituíam 718,9 milhões de levs, já em 1985 esta soma subiu para 2397,6 milhões. Sob a forma de diferentes subsídios e regalias sociais foram pagos à população, em 1970, 396,3 milhões de levs e, em 1985, já 1095,4 milhões. Neste mesmo período, aumentaram de 19,6 para 70,0 milhões de levs as verbas do orçamento de Estado destinadas ao pagamento das bolsas de estudo.

O consumo de carne per capita aumentou de 41,4 quilos em 1970 para 72,5 quilos em 1985; de peixe, de 5,5 para 8,5 quilos; de leite, de 117 para 193 litros; de ovos, de 122 para 256. Subiu substancialmente o grau de apetrechamento das famílias búlgaras com diversos objectos de consumo de uso duradouro: automóveis, mobílias, electrodomésticos, etc.

No crescimento das receitas reais da população, um papel importante é desempenhado pelo aumento dos fundos sociais de consumo. Em 1970, a cada habitante do país correspondiam 285 levs pagos dos fundos sociais de consumo, enquanto em 1985 esta soma atingiu já 878 levs. Parte considerável dos recursos dos fundos sociais de consumo vai para a realização de medidas voltadas para a subida da natalidade, a melhoria das condições no sistema de educação das crianças. No período de 1981 a 1985, foram aumentadas as proporções dos acréscimos mensalmente pagos às mães com filhos de idade inferior a dois anos. Aumentaram os subsídios pagos às mães-solteiras, bem como as verbas destinadas à manutenção dos orfanatos. Às famílias recém-constituídas, concedem-se subsídios e créditos para a aquisição de apartamentos e de todos os utensílios necessários, sendo parte desses créditos amortizada automaticamente com o nascimento do segundo e terceiro filhos.



Importante lugar na política social do PCB reserva-se à resolução do problema habitacional. Nos anos do oitavo quinquénio, foram construídos 343 mil apartamentos, a área habitável percapita passou de 1,8 metros quadrados para 16,6 metros.

Os êxitos alcançados em todas as esferas da vida da sociedade permitiram traçar-se para o período até ao ano 2000 tarefas novas, de responsabilidade ainda maior, que foram formuladas no XIII Congresso do PCB. A principal delas é agora levar a cabo a revolução técnico-científica e desenvolver, nesta base, as vantagens do regime social socialista, da democracia socialista, assim como uma satisfação cada vez mais completa das necessidades materiais, sociais e culturais do povo.

O congresso delineou a linha estratégica da actual etapa de desenvolvimento. Trata-se da realização da revolução técnico-científica e da aceleração, na sua base, dos ritmos de fomento económico do país. Isso pressupõe ainda um aproveitamento mais pleno das vantagens do modelo intensivo do desenvolvimento da economia. Efectua-se a passagem para uma nova qualidade do crescimento da economia, a qual está ligada à remodelação de toda a estrutura da produção social, a um papel qualitativamente novo da ciência, técnica e tecnologia, a mudanças radicais na estrutura do consumo social.

Para a realização desta estratégia são necessárias: do ponto de vista do desenvolvimento dinâmico da economia, uma ampla renovação tecnológica da produção, o aperfeiçoamento da base técnico-material, a elevação da produtividade e qualidade do trabalho; do ponto de vista da estratégia global, o desenvolvimento proporcional e harmonioso do sistema social, da vida material e espiritual da sociedade; do ponto de vista do rumo do desenvolvimento, a consecução de uma viragem no sentido da intensificação em todas as esferas e sob todos os aspectos; do ponto de vista do aperfeiçoamento da gestão, o fomento da democracia socialista e da autogestão nas organizações socialistas; do ponto de vista da participação na divisão internacional do trabalho, o aprofundamento do processo de integração, o reforço da socialização já alcançada, a luta por novas posições tecnológicas e no mercado internacional; do ponto de vista do

nível de vida do povo, a satisfação cada vez mais plena das crescentes necessidades materiais, culturais e sociais.

Foram elaboradas as direcções básicas do desenvolvimento da República Popular da Bulgária para o período até ao ano 2000, assim como os indicadores de desenvolvimento do país no nono quinquénio (1986-1990). Realizam-se numa base qualitativamente nova a elevação dos ritmos de crescimento económico; a intensificação multiforme da produção, assente no progresso técnico-científico; a reorganização estrutural da economia; novas formas eficazes de gestão, organização e estímulo do trabalho.

A gestão e a democracia socialista entram numa nova etapa. Ocorrem mudanças positivas no estilo e nos métodos de trabalho. A crítica e a autocrítica desempenham um grande papel. Aumenta o papel da opinião pública, cresce o activismo político das massas e de cidadãos em separado. Reforçam-se e ampliam-se as garantias económicas, políticas, sociais e jurídicas dos cidadãos.

Uma das mais importantes forças propulsoras da aceleração dos ritmos do desenvolvimento económico são a criação e o reforço das organizações de autogestão socialista, a sua transformação em verdadeiros produtores de mercadorias. Superam-se as tendências departamentalistas na economia, efectua-se a passagem a novos métodos de planificação e gestão. Em conformidade com os estatutos recém-aprovados das empresas em autogestão e o novo Código Laboral, o colectivo de trabalhadores autogestionado é o principal factor de funcionamento e desenvolvimento das novas estruturas organizativas. A autogestão efectua-se e evolui com base na união dos princípios do colectivismo e da direcção pessoal.

A aceleração do desenvolvimento diz respeito não só à economia, estando também ligada à realização de uma activa política social, ao fortalecimento coerente do princípio da justiça social. A estratégia da aceleração é impossível sem o aperfeiçoamento das relações sociais, das formas e dos métodos de trabalho das instituições políticas e ideológicas da sociedade, o aprofundamento da democracia socialista, a superação da inércia e conservantismo. Por isso, a aceleração do desenvolvimento sócio-económico contribui para a resolução das tarefas correntes e de longo alcance, dos problemas internos e externos da Bulgária. A estratégia de um crescimento qualitativamente novo assenta no desenvolvimento íntegro do país que se apoia, por seu turno, numa



sólida base económica, técnico-científica e de quadros criada na Bulgária.

Esta estratégia reveste-se de formas concretas na esfera do desenvolvimento da ciência e da elaboração de novas tecnologias, na modernização e reconstrução da produção. Até 1990, está planeado investir mais de 50 mil milhões de levs na construção básica, elaborar uma única estratégia nacional de renovação da tecnologia e do desenvolvimento do ciclo matéria-prima básica — artigo fabricado. A renovação da tecnologia efectuar-se-á através do desenvolvimento interligado das tecnologias que têm para a Bulgária um significado estratégico. Trata-se da indústria electrónica, biotecnologia e tecnologia relacionada com a produção e utilização de novos materiais.

Elaboram-se novos projectos de fomento da base de matérias-primas, indústria energética, construção de máquinas, biotecnologia, indústria química, metalurgia, transportes, sector agropecuário. Servem de critérios neste trabalho a correspondência aos melhores padrões mundiais, alta capacidade de concorrência no mercado internacional. Os produtores actuam em condições económicas reais no âmbito da autogestão socialista, aliás o colectivo de trabalhadores apresenta-se cada vez mais na qualidade de dono da propriedade socialista. Do carácter mercantil da produção socialista depreendem-se importantes conclusões para a autogestão de empresas concretas que, antes do mais, são produtores de mercadorias, tendo cada uma delas um determinado grau de independência. Isso traduz-se no estatuto de autogestão financeira.

A essência da nova qualidade do crescimento da economia reside na passagem do emprego dos indicadores quantitativos, preponderantemente, ao dos qualitativos, da utilização dos indicadores correntes aos finais, da ampliação dos fundos à sua renovação ao seu reapetrechamento técnico, do aumento dos recursos de matérias-primas e energéticos ao seu aproveitamento mais completo.

Neste contexto, afiguram-se na qualidade do critério económico do desenvolvimento, principalmente, os seguintes indicadores: a produtividade do trabalho social que, pelo ano 2000, deve crescer 3,5 vezes em comparação com a de 1985 e o rendimento nacional que, no mesmo período, deve aumentar três vezes. Prevê-se elevar a produtividade do trabalho nos ramos estrategicamente importantes quatro e mesmo cinco vezes.

No nono quinquénio (1986-1990), o rendimento nacional aumentará 22 a 25%, a produtividade do trabalho social, 25 a 30%, sendo precisamente por conta deste último que se assegurará o crescimento do rendimento nacional. O volume da produção industrial aumentará 25 a 30%; o da agropecuária, 10 a 12%, em comparação com o quinquénio anterior. A produção de mercadorias, inclusivamente produtos agropecuários, bem como o volume de serviços à população crescerão 22 a 24%. A fabricação de equipamentos técnicos sofisticados de uso corrente aumentará para o dobro. Está previsto um rápido crescimento da produção de preparados medicamentosos, géneros alimentícios, etc.

Como, actualmente, se interpreta a política social?

Ficou para trás o período em que envidávamos os nossos esforços, fundamentalmente, para a satisfação das principais necessidades vitais da população: o direito ao trabalho, a assistência médica e instrução gratuitas, direitos iguais do homem e da mulher, a liberdade de consciência. Presentemente, a política social abrange todos os aspectos do lugar que se reserva na sociedade à personalidade concreta, no sentido de ela se realizar completamente. Esta política reflecte o que o homem dá à sociedade e o que dela recebe. Ela prevê um desenvolvimento pleno do factor humano como força motriz do progresso, cria condições para a concretização desta força.

No país foi eliminada a base económica para a exploração do homem pelo homem, as pessoas são iguais em relação aos meios de produção, ao trabalho como fonte e medida das suas receitas e do lugar que ocupam na sociedade. Na Bulgária, a igualdade expressa-se ainda no facto de cada membro da sociedade estar investido de direitos iguais no usufruto dos fundos sociais de consumo, isto é, do direito à instrução e à assistência médica gratuitas, à previdência social, à pensão de reforma, etc. O que constitui a base dessa igualdade é o princípio socialista da distribuição segundo a quantidade e a qualidade do trabalho.

A elevação do nível de vida conduzirá ao aumento do activismo laboral e social. Isso, por seu turno, contribuirá para a aceleração do progresso sócio-económico do país, para o aperfeiçoamento do modo de vida socialista. Em conformidade com os planos existentes, as receitas reais da população aumentarão no período de 1985 a 1990, 12 a 15%. Na qualidade da fonte principal desses receitas da população continuará o salário que crescerá numa média de 2,5 a 3,0% ao ano. O volume dos serviços sociais aumentarão 70 a 80%; o dos trabalhos de construção e reparação, 3,0 a 3,5 vezes.

Em 1990, subirá o nível de consumo dos géneros alimentícios, que, em termos gerais, corresponderá às normas de alimentação racional. O consumo de carne e derivados por habitante constituirá 75 a 77 quilos; o de peixe e produtos afins, 10 a 11 quilos; o de leite e produtos lacticínios, 240 a 260 litros; o de ovos, 250 a 260; o de legumes, 140 a 145 quilos. Está previsto que pelo ano de 1990 a cada cem famílias búlgaras corresponderão 100 a 103 aparelhos de TV; 95 a 100 máquinas de lavar, 38 a 39 automóveis.

Especial atenção será dispensada à alimentação racional das crianças e jovens estudantes, à sua orientação e iniciação profissional, levando-se, naturalmente, em linha de conta as particularidades fisiológicas de cada jovem concreto. Também de futuro serão efectuados grandes trabalhos voltados para a protecção da saúde e o reforço da capacidade de trabalho da população. Pelo ano de 1990, 65% da população sera abrangida pelo sistema de regulares exames médicos profilácticos. Aumentará o nível e a operatividade da assistência médica. Melhorará a qualidade de desvelo pelos cidadãos de terceira idade. Está previsto rever, de cinco em cinco anos, as pensões de todas as categorias. Serão levadas a cabo medidas íntegras visando o aumento da natalidade, a elevação do nível de desvelo pela mulher, o que lhe permitirá combinar melhor as suas funções laborais e maternas. Também no futuro séria atenção será dispensada à melhoria das condições de trabalho, à consideração obrigatória das exigências ergonométricas segundo o sistema «homem—técnica—meios produtivos». Neste contexto, está planeado o aperfeiçoamento do descanso dos trabalhadores, fazer subir o nível de actividade recreativa, educação física e desporto.

Nos anos do nono quinquénio, está previsto construir cerca de 360 mil apartamentos, inclusive por volta de 100 mil na capital. Planeia-se realizar medidas importantes orientadas para a elevação do nível de instrução e cultura, o desenvolvimento dos meios de comunicação social.

Tudo isto requer tempo. Por isso mesmo os respectivos documentos do partido prevêem o prazo de até ao fim do século XX. A realização de todas essas medidas traçadas significará a criação da base técnico-material da sociedade socialista desenvolvida na República Popular da Bulgária.

# REPÚBLICA POPULAR DA HUNGRIA

*Por Lajos Kovács*

Há mais de quarenta anos que a Hungria foi libertada do nazi-fascismo. Caiu o regime contra-revolucionário que existira no país durante um quarto de século. As massas trabalhadoras, as forças progressistas, com os comunistas à frente, levaram a bom termo as transformações democrático-populares. O poder passou para as mãos do povo.

Como decorreu o desenvolvimento do país nas décadas posteriores?

Nos primeiros anos do poder popular, foram levadas a cabo uma série de transformações democráticas que tiveram uma importância decisiva para o futuro: com base na partilha das terras dos latifundiários foi efectuada a primeira reforma agrária; formou-se um Estado democrático; foram socializados os principais meios de produção — empresas, minas, centrais eléctricas, bancos e outros estabelecimentos financeiros; estabilizou-se a situação financeira do país (terminada a guerra, a Hungria foi atingida por uma inflação sem precedentes); foi reconstruído o país arruinado; iniciou-se a planificação da economia.

Das duas vias de desenvolvimento social, a socialista e a burguesa, a primeira tornou-se realidade. A luta pelo poder operário foi coroada com a união entre o Partido Comunista e o Social-Democrata, tendo sido o principal resultado deste período a implantação do poder popular com as suas respectivas instituições. Tudo isso foi acompanhado pelo desenvolvimento das forças produtivas na indústria e no sector agropecuário, a transformação das relações de produção e um ascenso da cultura que, em comparação com o estado anterior, pode ser com pleno direito qualificado de revolução cultural.

Pouco depois, no entanto, o dinamismo do desenvolvimento estagnou. Os graves erros cometidos no período de 1949 a 1953 frearam o desenvolvimento em todas as esferas da vida do país: política, económica, cultural. Lamentavelmente, não se conseguiu elaborar uma linha política de princípios que permitisse dar prosseguimento ao desenvolvimento sucessivo. O partido dos trabalhadores húngaros foi paralisado por conflitos intestinos entre forças internas de teor sectário, dogmático e revisionista.

A Hungria viu-se numa situação dramática. No Outono de 1956, surgiu uma ameaça bem real para os destinos do poder popular. Só numa base de princípios firmes era possível liquidar o motim contra-revolucionário que rebentara e as suas consequências. Neste sentido, teve um significado decisivo a reorganização do partido sobre a plataforma do marxismo-leninismo e, como resultado, a fundação do Partido Socialista Operário Húngaro, com János Kadar à frente. O seu principal objectivo era restabelecer a confiança do povo. Formulou de um modo unívoco os seus princípios e aspirações, proclamando: a única via possível de desenvolvimento da sociedade húngara e de ascenso da nação é a do socialismo, a de interacção com os outros países da comunidade socialista.

No período de 1953 a 1962, na Hungria foram lançados os alicerces do socialismo. Depois, seguiram-se os anos de consolidação das relações sociais socialistas.

O Comité Central do PSOH adoptou em 1966, com base numa prolongada, profunda e minuciosa análise, a decisão sobre a introdução na prática social, a partir de 1968, de um novo sistema de gestão. As medidas aprovadas em 1978 e 1979 com vista ao desenvolvimento e aperfeiçoamento desse sistema visavam a passagem para uma nova trajectória de crescimento e enquadram-se organicamente na linha política do partido.

O PSOH acabou com as abordagens no espírito do marxismo vulgarizado, segundo as quais a via de desenvolvimento da Hungria seria sempre imutável e em linha ascendente. Serviu de principal premissa de desenvolvimento o facto de o partido estar pronto e tomar consciência de que o progresso do país se operava e se opera mediante a superação das contradições que surgem no curso da edificação socialista.

O desenvolvimento do socialismo na Hungria prova que a economia se formava com grandes e pequenas estagnações, por etapas, desenrolando-se, aliás, cada etapa seguinte com base nas realizações do período anterior. O PSOH conquistou sólidas posições na sua política económica no sector agro-

pecuário; foi alterada a política de preços e impostos. (Por exemplo, a entrega obrigatória da produção agropecuária foi substituída pela prática de compras estatais). Paralelamente com a reestruturação socialista da produção agropecuária, ampliava-se a base do movimento cooperativista, no qual as economias auxiliares dos camponeses passaram a ser um dos tipos eficientes da prática económica socialista.

Nos anos 70 e 80, a Hungria aproximou-se dos países de nível de desenvolvimento médio e com sistema económico aberto. Na década de 70, a Hungria aproximou-se bem de perto, quanto ao PIB por habitante, da Bélgica, Holanda, Itália, Espanha, tendo alcançado aproximadamente 40% do mesmo indicador dos EUA. Cumpre acrescentar que a situação em matéria de produção dos géneros alimentícios per capita é mais favorável do que a em matéria dos dados médios. É ainda mais favorável a situação do país quanto ao nível do consumo: pelo nível de consumo diário de calorias por habitante, a Hungria situa-se entre os primeiros dez países da Europa.

As reservas minerais do país podem ser consideradas médias e a sua estrutura é bastante unilateral. São favoráveis as condições da agricultura: este ramo do sector agropecuário é hoje responsável por aproximadamente um terço de produção a mais do que é necessário para o consumo interno. As reservas de bauxitas chegam inclusive para a exportação, os recursos energéticos, contudo, permitem que seja satisfeita apenas metade das necessidades do país. A indústria húngara tem de importar a maior parte de matérias-primas e materiais. A Hungria possui possibilidades consideráveis para o fomento do turismo internacional, antes de tudo medicinal. Tendo em conta que o nível técnico dos meios de produção húngaros estar aquém dos países oeste-europeus desenvolvidos, os órgãos de gestão da Hungria dão particular atenção à modernização das tecnologias e à organização da produção.

A política económica dos últimos decénios, e hoje isso é já um facto, resolveu com êxito muitos dos problemas do desenvolvimento económico do país, foi um dos factores fundamentais que garantiu a estabilidade política na Hungria. Essa política contribuiu com eficácia para a melhoria das condições de vida, para uma satisfação cada vez mais completa das necessidades da população. O rendimento nacional cresceu cinco vezes em comparação com 1950; o volume de produção do sector socialista da indústria, 10 vezes; o volume global de produção por cada trabalhador ocupado na



indústria, em mais de quatro vezes. Foram criadas bases modernas da produção. Foi organizado e desenvolve-se o sector agropecuário socialista cujos êxitos granjearam um amplo reconhecimento internacional. O volume anual médio da produção agropecuária, nos meados dos anos 80, duplicou em comparação com os indicadores do período de 1951 a 1955, tendo-se reduzido, ao mesmo tempo, o número de trabalhadores ocupados na agropecuária em mais de um milhão de pessoas, isto é, para metade. Foi dado um grande passo em frente no desenvolvimento da rede dos transportes, especialmente rodoviários. Operaram-se mudanças qualitativas no nível e nas condições de vida. O consumo e as receitas reais da população per capita cresceram, em comparação com 1950, mais de três vezes. Um sério progresso foi alcançado na construção habitacional: construíram-se cerca de dois milhões de apartamentos. A envergadura das mudanças na política social pode ser ilustrada por mais um número: se em 1938 a previdência social abrangia apenas três por cento da população, hoje todos os habitantes do país já usufruem dessas regalias.

As realizações são, de facto, impressionantes, porém, não só o seu desenvolvimento, a continuação da subida dos indicadores como também a preservação do que foi alcançado constituem uma tarefa bastante difícil.

A política económica do PSOH guia-se pelas leis gerais da edificação socialista, levando em linha de conta as particularidades nacionais do país, e contribui para a consolidação das características socialistas da sociedade húngara. O partido, apoiando-se na propriedade social dos meios de produção, a economia socialista planificada, as leis do desenvolvimento económico, procura fazer com que as relações monetário-mercantis reguladas ajudem na edificação da sociedade socialista, na consecução dos objectivos do desenvolvimento sócio-económico do país. Isso permite às empresas tomarem decisões autónomas e responsáveis, auxiliando-as no reforço e estímulo das capacidades de empreendimento e inciativa. A manutenção da unidade dialéctica da política e da economia é o elemento permanente do fomento da economia húngara. Esta exigência traduz-se, nos nossos dias, na garantia e conservação do equilíbrio económico interno e externo, na protecção do nível de vida alcançado. A resolução desta tarefa dupla significa que o crescimento económico será, no futuro, determinado pelas possibilidades de comercialização dos produtos fabricados no mercado que

apresenta exigências cada vez mais altas à mercadoria: adequação aos padrões modernos, flexibilidade, precisão e pontualidade dos exportadores, preços, rentabilidade.

Um dos principais problemas de hoje é a crise da economia mundial. A reacção que a Hungria mostra face a esta crise, mesmo com um certo atraso e uma flexibilidade ainda insuficiente, pode ser considerada como um dos sérios êxitos no desenvolvimento do socialismo. Também hoje, nas presentes condições bastante complexas, o PSOH está em condições de levar à prática o programa de movimento para o frente. O principal agora é passar à trajectória de um desenvolvimento mais intensivo e de maior responsabilidade, aproveitar melhor os recursos disponíveis. Segundo o programa de desenvolvimento económico, as condições e premissas de aceleração existem ou podem ser garantidas. Em conformidade com isso, amplia-se uma prática económica de maior responsabilidade levando em consideração as novas exigências e imperativos. Efectua-se um trabalho com vista a implantar um sistema adequado de gestão e das respectivas instituições. Deverá contribuir para o cumprimento dessas tarefas o aperfeiçoamento do sistema de gestão da economia. A resolução a este respeito foi adoptada pelo Comité Central do PSOH em Abril de 1984, tendo sido reforçada com a respectiva deliberação governamental. Segundo esse documento, o aperfeiçoamento da planificação, o desenvolvimento do sistema de regulação, a modernização das instituições e do sistema organizativo são chamados a servir o crescimento dinâmico.

Na ordem de valores da sociedade húngara, foram avançados para primeiro plano o princípio do reconhecimento segundo o trabalho efectuado, melhores estímulos materiais e incentivos morais dos elevados indicadores laborais, o modo de pensar no espírito da capacidade de empreendimento, uma conduta de suma responsabilidade, a organização do trabalho autónoma e flexível. A aposta é bem alta, pois o povo espera um maior desenvolvimento das relações sociais, a ampliação da democracia socialista, a elevação do prestígio social da autonomia económica, responsabilidade e o controlo.

Tendo em conta o referido, os órgãos de gestão da economia húngara consideram as transformações e o controlo dos preços estabelecidos, a serem conferidos em relação directa com os objectivos sociais e económicos, como a sua tarefa básica. Os órgãos competentes procuram fazer com que



os preços na produção reflictam as despesas socialmente fundamentadas, para excluir toda e qualquer possibilidade de se obter remuneração pela produção irrentável e o trabalho negligente; os preços ao consumidor têm de obedecer aos preços da produção. Ao mesmo tempo, o Estado tenciona continuar a subsidiar os preços ao consumidor onde há razões sócio-políticas para o mesmo. A direcção do partido frisa constantemente que o aperfeiçoamento do sistema de gestão da economia é indispensável, não sendo, porém, um objectivo em si. Serve o objectivo imutável, a edificação do socialismo. Os ritmos de crescimento económico e o nível de vida nos próximos anos dependerão do grau em que se conseguir desenvolver a capacidade da economia húngara de se adaptar às condições e exigências internacionais, de até que ponto se conseguir alargar as exportações realmente económicas e orientadas para as necessidades do mercado externo.

Falando das relações económicas externas, pode se tirar algumas conclusões. Antes de tudo, as condições naturais e económicas da Hungria implicam uma participação mais intensa na divisão internacional do trabalho. Depois, no contexto da estrutura dos laços económicos internacionais, o país está vitalmente interessado no fomento da integração económica socialista, antes do mais na ampliação da cooperação com a URSS. A Hungria propõe-se alargar contactos com países capitalistas desenvolvidos com base no princípio da vantagem mútua; as relações com os países em vias de desenvolvimento têm por objectivo fazer com que, a par da cooperação mutuamente vantajosa, contribuir para o progresso económico e social dos mesmos.

Em 1979, o rendimento nacional na Hungria ultrapassou 4,8 vezes o respectivo indicador de 1950. Na década de 50 e, em parte, na de 60, a principal fonte desse crescimento do rendimento nacional foi a ocupação e, mais tarde, a elevação da produtividade do trabalho. Nos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial, o rendimento nacional per capita constituía na Hungria, segundo a cotação da moeda nacional de então, cerca de 112 dólares, nos fins da década de 70 já atingiu dois mil dólares. Merece atenção uma outra comparação: se, em 1950, 54,3% do rendimento nacional provinha do sector estatal, 2,7%, do cooperativo e 33%, do privado, já em 1978, a quota-parte do sector privado baixou para 2,2%. A parte da indústria subiu dos 25%, no período anterior à guerra, para 60% em 1980 a do sector agropecuário diminuiu dos 58% para 16,1%, respectivamente. Uma parte cada vez

maior do rendimento nacional realiza-se através do comércio externo. (Em 1950, esta parte constituía apenas 18%). A favor do papel exclusivo desempenhado pelo comércio externo húngaro testemunha o facto de na economia nacional a cada um por cento de aumento de produção corresponder o crescimento da circulação do comércio externo no valor de 1,5-2,0%. Isso prova também quão importante é para a Hungria o carácter seguro da cooperação internacional, a estabilidade e consecutividade das transacções económico-comerciais externas. E é precisamente para isso que, em medida considerável, contribui para o aumento da integração no quadro do CAME.

O salário real em 1979 foi 2,5 vezes superior ao de 1950. Acelerou-se especialmente (desde 1965) a subida do nível de vida do campesinato cooperativizado. No limiar da década de 70, as receitas dos camponeses encontravam-se ao nível das dos operários e, posteriormente, ultrapassaram-nas.

Para o aumento do nível de vida contribuíram também os pagamentos provenientes dos fundos sociais de consumo, constituindo em 1979, no total, 31% de todas as receitas. Em 1980, o número de reformados ultrapassou dois milhões. No aumento do número de pessoas desta categoria, importante papel foi desempenhado pelo facto de na Hungria os camponeses membros de cooperativas, os operários e empregados, terem direito à assistência material na velhice praticamente em pé de igualdade (as mulheres a partir dos 55 anos e os homens a partir dos 60).

O consumo dos bens de uso duradouro aumentou, no período de 1950 a 1978, aproximadamente 16 vezes. Na primeira metade dos anos 50, por exemplo, era difícil expressar em termos porcentuais o grau de mecanização das economias domésticas húngaras. Na segunda metade dos anos 70, praticamente cada família húngara possuía electrodomésticos, assim como meios técnicos de comunicação. Nos fins da década de 70, uma em cada três famílias do país possuía um automóvel ligeiro.

São componentes inalienáveis das condições de vida alteradas a semana laboral de cinco dias, a instrução e a previdência social gratuitas, assim como a assistência médica, a crescente rede de estabelecimentos pré-escolares, os sistemas de educação e cultura em desenvolvimento permanente, a rede de descanso, recreio e turismo que tende a ampliar-se.

O Estado e a sociedade canalizam parte dos seus recursos para todo o tipo de cuidados que se estende a 84% das



crianças em idade inferior a três anos. Em 1970, este número era de apenas 60%.

Em 1984, foi tomada a resolução de se levar a cabo a reforma do ensino público. O programa desta reforma atribui particular significado à democratização da escola, avançando para primeiro plano a necessidade de ampliar a autonomia profissional do pedagogo. No sistema de ensino superior, o programa frisa, a par da importância da preparação especializada dos estudantes universitários adequadamente à sua futura profissão, a necessidade de se formar uma nova intelectualidade, a garantia da unidade das investigações científicas e do ensino, a elevação do significado do trabalho educativo-cultural e desportivo em massa, e o desenvolvimento dos contactos internacionais entre os centros de ensino superior.

Como é hoje o sistema de instrução pública na Hungria?

O nível inferior compreende os jardins de infância, onde a criança é educada a partir dos três anos de idade. Mais de 90% das crianças em idade pré-escolar frequentam jardins de infância. Para as crianças que são educadas em casa, são organizadas aulas de preparação para a escola.

O ensino escolar obrigatório começa a partir dos seis anos e termina aos 16 anos. Com cada criança de seis anos efectua-se uma conversa individual, verificando-se a sua prontidão para iniciar os estudos na escola e, se o resultado é positivo, é matriculada na primeira classe. A nova lei sobre a instrução pública prevê uma definição mais flexível do momento de início dos estudos escolares. A escola de ensino geral é de oito anos. Nas primeiras classes, todas as aulas são, como regra, ministradas pelo mesmo professor, embora mais recente tendência é fazer com que sejam especialistas (canto, educação física, desenho) a dar aulas logo nas primeiras classes da escola. Nas últimas classes é uma prática normal.

As escolas técnico-profissionais que preparam operários altamente qualificados têm como base a escola de ensino geral; o prazo de estudos na maioria das especialidades é de três anos. Existem ainda escolas médias especializadas, onde, em quatro anos, os alunos recebem a preparação de ensino geral, a preparação teórica e prática média e ainda uma qualificação operária. No fim dos estudos, são promovidos exames e, após a conclusão desse tipo de escola, o aluno, além de trabalhar na sua respectiva profissão, pode prosseguir os estudos no estabelecimento de ensino superior.

Um outro tipo de escola, também com quatro anos de estudos, é o ginásio que orienta os alunos para o prossegui-

mento da sua instrução no estabelecimento de ensino superior. Neste caso, os exames finais não são obrigatórios, porém, o próprio certificado de habilitações é uma condição indispensável para a matrícula na universidade.

Na Hungria, há 58 estabelecimentos de ensino superior. Só parte dos estudantes (cerca de 20%) pagam pelos seus estudos, o que depende da situação económica dos seus pais. A média equivale a 444 florins por semestre. Os outros estudantes recebem bolsas de estudo e outros tipos de regalias materiais. O valor desta bolsa depende, fundamentalmente, do aproveitamento escolar e, em menor grau, do rendimento médio por cada membro da família do aluno, enquanto o valor da ajuda social é determinado segundo situação económica da família. Cabe aos comités estudantis elaborar todas as propostas quanto ao valor da bolsa e da ajuda material. Mais de 80% dos alunos universitários gozam de uma ou outra forma dessa ajuda social.

O Comité Central do PSOH e o governo húngaro procuraram nos anos 70 e 80, através de uma política interna e externa realista e ponderada, garantir condições ideais para o desenvolvimento social, económico e cultural do país. O principal traço característico da política interna foi e continua a ser a tendência para a cooperação sincera e eficaz com todos quantos estejam dispostos a participar na consecução dos objectivos que garantam o ascenso da nação, o seu bem-estar, a ampliação e o aprofundamento do democratismo na edificação do socialismo. A unidade nacional foi conseguida como resultado da política do partido que tem sido levada à prática, levando em conta os interesses e as necessidades de todos os sectores e grupos da sociedade. A Constituição do país salienta que «...qualquier discriminação por razões do sexo, crença religiosa ou origem étnica é severamente punida pela lei».

Os órgãos de representatividade popular desempenham um papel cada vez mais importante na revelação dos diversos interesses, no debate e coordenação dos pontos de vista e, em última instância, na realização das necessidades da sociedade. Continua a desenvolver-se o sistema eleitoral. A maioria esmagadora dos deputados à Assembleia de Estado e dos membros dos Conselhos locais das circunscrições eleitorais são eleitos com base na apresentação de duas ou mais candidaturas a deputado.

Nos últimos dez anos, subiu o papel constitucional da Assembleia de Estado enquanto órgão supremo de poder



estatal, assim como a importância do governo popular. Isso traduz-se não só no aumento do número de actas legislativas supremas aprovadas, como também num controlo mais eficaz da actividade do governo. A Assembleia de Estado debate sistematicamente o programa do governo, o seu cumprimento, o orçamento de Estado; as comissões do parlamento efectuam grandes trabalhos visando o controlo do trabalho dos ministérios e a elaboração dos projectos de lei.

Em 1983, com vista à continuação do desenvolvimento das garantias jurídico-estatais em defesa da Constituição, foram introduzidas emendas na Lei Fundamental do país: «A Assembleia de Estado elege o Conselho Jurídico-Constitucional que controla a correspondência das actas e normas legislativas aos preceitos constitucionais. O Conselho tem o direito de suspender o cumprimento dos decretos e deliberações contrários à Constituição, excepto as actas legislativas promulgadas pela Assembleia de Estado e o Presidium da República Popular da Hungria, assim como das directrizes e resoluções de princípio adoptadas pelo Supremo Tribunal.»

No processo de democratização da sociedade húngara, aumentou consideravelmente o papel das organizações de massas, designadamente da mais numerosa, os sindicatos, com 4,3 milhões de filiados. Os sindicatos húngaros participam amplamente na solução das questões salariais e da previdência social. Desde 1977, tem sido tomadas novas medidas com vista à ampliação dos poderes dos sindicatos e à consolidação da democracia na produção. Nas empresas pequenas, as assembleias sindicais tornaram-se verdadeiros órgãos de gestão: nas grandas empresas, os trabalhadores elegem delegados sindicais aos conselhos. Em conformidade com a legislação, esses órgãos estão investidos do direito de tomar decisões sobre a utilização dos fundos sociais e culturais da empresa; só com o seu consentimento podem ser adoptadas resoluções a respeito das condições de vida e de trabalho do pessoal. Os Conselhos de Delegados sindicais apresentam e debatem iniciativas concernentes aos planos económicos, avaliam o trabalho dos dirigentes económicos. Os órgãos de Estado estão privados do direito de se imiscuir na vida interna do movimento sindical.

A legislação reza que o governo, os ministérios e departamentos devem, em relação a todas as questões das condições de vida dos operários e empregados, pedir, com antecedência, a opinião do Conselho dos Sindicatos de Toda a Hungria ou dos Comités Centrais dos sindicatos de ramo, antes de adop-

tar uma ou outra acta legislativa correspondente. Para o desenvolvimento dessa cooperação contribuem os encontros regularmente promovidos entre membros do governo e dirigentes sindicais. Em 1966, o governo da República Popular da Hungria assinou a convenção internacional sobre as greves, porém, com a ressalva, segundo a qual o cumprimento dos preceitos desse documento é um assunto interno de cada país signatário. Na Hungria, o direito à greve não se revoga, embora, ao mesmo tempo, não se declare.

O cumprimento das tarefas com vista à defesa dos interesses dos membros das cooperativas agropecuárias é da competência do Conselho Húngaro para a Política Juvenil e a Instrução. Em 1971, a Assembleia de Estado adoptou a Lei sobre a Juventude. Nos princípios da década de 70, o governo aprovou uma deliberação sobre as medidas voltadas para a melhoria da situação das mulheres trabalhadoras. Ela preceitua que na remuneração do trabalho, promoção no serviço e, designadamente, para cargos dirigentes, as mulheres gozam de direitos iguais com os homens. A propósito, o cumprimento dessa deliberação é controlado pela União das Mulheres Húngaras.

Além das organizações de massas referidas que são as mais representativas, no país existem ainda cerca de 630 associações sociais, culturais, profissionais e outras das quais fazem parte vários grupos da sociedade. Essas associações não realizam, via de regra, trabalho político, contudo, com a sua actividade exercem influência sobre os ânimos sociais dos seus membros.

Os contactos frutíferos de Estado húngaro com os órgãos da Igreja assentam no acordo firmado em 1968. Em conformidade com a Constituição, o Estado garante aos crentes a liberdade de consciência, assim como condições favoráveis para o funcionamento das igrejas. O Estado concede considerável ajuda material às escolas de ensino geral e estabelecimentos culturais, sociais e religiosos que são mantidos pela Igreja, ajuda-a na preservação dos edifícios considerados monumentos históricos e arquitectónicos, pagando, do Orçamento de Estado, acréscimos aos salários de representantes do clero. A rádio transmite regularmente cultos religiosos, a TV transmite uns ou outros acontecimentos da vida da Igreja. Esta, por seu turno, reconhece o regime social existente no país, respeita a sua Constituição, não admite que os acontecimentos e actividade religiosos sejam utilizados com fins anti-estatais e políticos, apoia luta pela salvaguarda



da paz, condena quaisquer actos de militarismo. O Estado húngaro regularizou, em 1964, as suas relações com o Vaticano, tendo sido igualmente resolvidos os problemas outrora existentes nas relações com outras organizações religiosas internacionais: o Conselho Mundial das Igrejas, a União Mundial da Igreja Reformadora, a União Mundial da Igreja Luterana, a Conferência Cristã pela Paz, etc.

É particularmente importante para a Hungria o período de 1986 a 1990, isto é o sétimo quinquénio. Os seus objectivos fundamentais são o aumento significativo da eficácia da produção, a aceleração do progresso técnico, a consolidação do balanço económico interno e externo do país, a dinamização, nesta base, do desenvolvimento económico, a subida sensível do nível de vida da população, a continuação da melhoria das condições de vida.

Quais as tarefas que se põem, neste contexto, concretamente? A principal consiste em vivificar o crescimento económico com base na elevação da eficácia. Isso pressupõe que o rendimento nacional deverá aumentar, em cinco anos, 15 a 17%. Na solução deste problema, importante lugar reserva-se à indústria. Isso, no entanto, não significa que no sector agropecuário, nos transportes e no comércio os ritmos de crescimento sejam menos importantes. Nos primeiros anos do quinquénio, o nível médio do salário real manteve-se, na segunda metade do ciclo quinquenal este indicador aumentará substancialmente. É preciso manter gradualmente, para um círculo cada vez mais amplo de cidadãos, o valor real dos pagamentos provenientes dos fundos sociais de consumo e ainda o alargamento da ajuda na educação dos filhos. As receitas reais devem formar-se em função dos indicadores laborais do colectivo e de cada indivíduo e proporcionalmente à quantidade, qualidade e eficácia do trabalho. A política social tem de reforçar, através de pagamentos mais proporcionais, o optimismo das pessoas quanto ao seu dia de amanhã, assim como levar em linha de conta mais plenamente as necessidades reais das pessoas. Com vista a uma utilização ainda mais eficaz dos recursos disponíveis, é necessário modernizar a gestão e a estrutura orgânica da política social, reforçar os quadros. Os programas sócio-económicos contribuem para o fomento da planificação e a distribuição das moradias construídas, para o aperfeiçoamento da instrução e o ascenso das zonas economicamente atrasadas; foi elaborado um programa de acções concreto para o fomento das esferas particularmente importantes da saúde pública. Melhorará o

abastecimento da população com mercadorias, terá um desenvolvimento ainda maior a esfera dos serviços.

A Hungria do início do novo milénio existe, por enquanto, no ideal, sob a forma de propostas e projectos, porém, o seu carácter realista é indubitável.

János Cadar, secretário-geral do Comité Central do PSOH, disse a 12 de Dezembro de 1986 em entrevista à rádio e TV: «O Comité Central tornou do domínio público a decisão tomada (trata-se da resolução do Plenário do Comité Central, efectuado a 19 e 20 de Novembro de 1986). Na resolução foram determinadas as direcções do desenvolvimento, novas tarefas. Uma série de programas que dimanam da resolução já foram elaborados, outros encontram-se na fase de projecto. Examinámos questões do desenvolvimento técnico, da cooperação económica internacional, das perspectivas do desenvolvimento e outras. No nosso país, a reforma económica justificou-se, todos os nossos planos são reais e realizáveis. Se conseguirmos criar as condições reais para o seu cumprimento, nada será capaz de fazer parar o nosso avanço consequente. Mas, se não atingirmos os resultados necessários, não teremos uma base segura... Compreendo que no seio da opinião pública existe um certo receio, pois uma pessoa com senso de responsabilidade, ao pensar no futuro, não pode deixar de raciocinar de como será a nossa vida. Sou optimista, isso depreende-se da minha concepção do mundo. Há já muitos anos que trabalho em diversas condições, durante o capitalismo realizei o trabalho partidário na ilegalidade como militante do Partido Comunista. Quando hoje ouço dizer que a situação é complexa, gostaria de ouvir falar aqueles que pudessem dar um exemplo sequer de uma situação, no passado, menos complexa, pois eu não me lembro de semelhantes exemplos. Pelos vistos, isso deve-se ao facto de as pessoas que analisam com responsabilidade a situação e as novas tarefas não viverem de louros. Eu acredito no futuro, esta minha fé é, em grande medida, confirmada pela experiência histórica que acumulámos no processo do desenvolvimento de trinta anos (após o esmagamento do motim contra-revolucionário em 1956). O povo húngaro também acredita no seu futuro; as pessoas honestas acreditam que seremos capazes de resolver as tarefas que se nos põem.»

# REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNAME

*Por Hoang Thinh e Vũ Nhu Chuong*

Depois de nove anos de lutas encarniçadas contra os colonialistas franceses (1946-1954), o Vietname do Norte foi libertado, enquanto as zonas meridionais do país, aproximadamente a sul do 17.° paralelo, se viram sob o domínio dos imperialistas americanos que apoiavam o regime fantoche de Ngo Dinh Diem e Nguyen Van Thieu.

Ao povo vietnamita colocaram-se duas tarefas revolucionárias, tarefas novas e interligadas: levar a cabo a revolução socialista no Norte do país e, simultaneamente, continuar a desenvolver o movimento de libertação nacional no Sul.

O país começou a realização do primeiro plano quinquenal de desenvolvimento sócio-económico para o período de 1961 a 1965. No entanto, não se conseguiu cumpri-lo: os Estados Unidos da América desencadearam a mais brutal guerra contra o Vietname socialista. A 5 de Agosto de 1964, um grande grupo de bombardeiros americanos efectuou uma incursão aérea sobre o Vietname do Norte. Assim começou a agressão americana no Vietname. Durante os cinco anos seguintes de guerra, os EUA lançaram sobre o território vietnamita mais de um milhão de toneladas de bombas, número duas vezes superior ao de bombas que os EUA utilizaram na zona do Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial. A cada quilómetro quadrado do território do Vietname do Norte correspondiam sete toneladas de bombas, a cada habitante, 50 quilos. Todos os 26 centros administrativos das províncias do país foram alvos de incursões dos bombardeiros americanos. 10 deles ficaram arruinados. Os agressores americanos empregaram nessa guerra em ampla escala os seus bombardeiros estratégicos B-52 que levavam a cabo incursões em massa sobre todas as grandes cidades do Norte do país, incluindo a capital, Hanói.

Mas mesmo nas condições da mais bárbara das guerras, o Vietname do Norte continuou a edificação do socialismo, dando, simultaneamente, ajuda material e outra ao movimento de libertação nas zonas do Sul do país. Durante quinze anos, de 1960 a 1975, foi efectuada, e com bastante sucesso, industrialização: os fundos de produção fixos aumentaram, nesse período, 5,1 vezes, os circulantes, 3,8 vezes.

Apesar dos prejuízos causados pela guerra, o PIB do Vietname do Norte ultrapassou, já em 1975, 2,3 vezes o nível de 1960; o rendimento nacional subiu 1,9 vezes.

Neste período, um grande passo em frente foi dado no sector agropecuário. As cooperativas uniram 95,6% dos camponeses. Na agropecuária começaram a ser utilizados cada vez mais amplamente as realizações da ciência e técnica, alargaram-se substancialmente as áreas das terras cultiváveis, assim como as colheitas nelas obtidas. Aumentou ainda a produção de todos os tipos de culturas agrícolas. A produção anual global de arroz aumentou de 4,2 milhões de toneladas para 4,8 milhões; conseguiu-se também elevar a produção de víveres em geral. O objectivo formulado — obter a colheita de arroz de cinco toneladas por hectare — tornou-se realidade para mais de 40% de todas as cooperativas de produção. Alguns distritos na planície de Bac Bo obtêm colheitas recorde de arroz — até 10 toneladas por hectare.

Também na indústria ocorreram transformações radicais. Em 1975, o volume global da sua produção era 3,36 vezes superior ao de 1960, tendo este indicador no sector estatal das indústrias aumentado, neste mesmo período, 4,39 vezes. Surgiram no Vietname indústrias como a energética, de combustíveis, siderúrgica e de metais não ferrosos, de construção de máquinas, química, de produção de materiais de construção, têxtil e outras. Foram construídas sete novas centrais termo-eléctricas com a potência de 6 mil até 48 mil kWh, duas novas centrais hidro-eléctricas. Uma delas, a de Thae Ba, tem a potência de 108 mil kWh. Nesses anos, foram construídas dez vezes mais linhas de transmissão eléctrica de alta voltagem do que em todo o período de domínio colonial francês. Assim foi criado o sistema energético uno do país.

A primeira empresa nacional de construção de máquinas foi a fábrica de máquinas-ferramentas de Hanói, construída com a assistência da URSS. Além de máquinas operatrizes de tratamento de metais, fabrica diversos tipos de motores e aparelhos de bombagem.

A indústria química em desenvolvimento começou a fabricar ácidos sulfúrico e clorídico, soda, medicamentos. Em 1975, forneceu ao país já 423 mil toneladas de adubos químicos e 4683 toneladas de insecticidas.



Foi reconstruída e ampliada a rede de minas de extracção de carvão, estanho, cromo e apatites. 538 empresas estatais e estatal-privadas, assim como um grande número de pequenas brigadas e manufacturas artesanais abasteciam a população com artigos de amplo consumo. Ampliou-se consideravelmente o parque de transportes que recebeu centenas de locomotivas, mais de 10 mil camiões, 500 lanchas a Diesel, rebocadores e outras embarcações, inclusivamente de longo percurso. Como resultado, em 1975, o volume de cargas transportadas aumentou, em termos gerais, em comparação com 1960, 2,5 vezes e a circulação de cargas, 3,2 vezes.

Além da economia, sérios êxitos atingiram a esfera da cultura, bem como a instrução pública e a assistência médica. No período de 1960 a 1975, no Vietname do Norte foram construídas 186 grandes bibliotecas, milhares de salas de leitura, o número de aparelhos de projecção de filmes ambulantes chegou a 266, e o número de espectadores duplicou. No país, foi liquidado o analfabetismo, o número de escolas de ensino geral aumentou de sete mil para 12 mil e o número de estudantes, de 3,7 milhões para 6,8 milhões, ou seja, um em cada três habitantes sentou-se à carteira escolar. Em média, a cada comunidade rural, corresponde uma escola primária; a cada distrito, uma ou duas escolas secundárias. Séria atenção é dispensada ao desenvolvimento do sistema de instrução superior e técnico-profissional. A cada 10 mil estudantes correspondiam 59 alunos de estabelecimentos de ensino superior e médio especializado, escolas técnico-profissionais.

Em 1975, no Vietname do Norte havia 442 hospitais e clínicas, ou seja, 377 a mais do que em 1960; 5684 médicos (em 1960, apenas 409); 24 mil enfermeiros, outros especialistas do pessoal médico auxiliar e 42 mil enfermeiras. O número de camas hospitalares para cada 10 mil habitantes aumentou de 28 mil para 43 mil, o número de médicos e enfermeiros, de 1,4 mil para 12,1 mil. Baixou consideravelmente a mortalidade: de 1,12% para 0,7%. A esperança média de vida cresceu de 40 anos (até à revolução de Agosto de 1945) para 59 anos.

Além dos êxitos na construção da economia e no fomento da cultura, o povo do Vietname do Norte, alcançou grandes vitórias na luta contra os agressores americanos. Fracassaram por completo quatro planos estratégicos dos EUA que foram elaborados um a seguir ao outro em diversos períodos de

guerra no Vietname: o de "guerra unilateral" (1954-1960); o de "guerra especial" (1961-1965); o de "guerra local" (1965-1968) e, por fim, o de "vietnamização da guerra" (1969--1973).

A insurreição e a ofensiva na Primavera de 1975 concluíram a revolução democrático-nacional no país e a libertação do Vietname do Sul. Em Abril de 1976, tiveram lugar eleições para a Assembleia Nacional do Vietname reunificado. Na primeira sessão da Assembleia Nacional então eleita, foi tomada a decisão de chamar ao país República Socialista do Vietname, proclamar a cidade de Hanói capital da RSV e atribuir à cidade de Saigão o nome de Ho-Chi-Minh.

O IV Congresso do Partido Comunista do Vietname (Dezembro de 1976) traçou a linha geral de edificação do socialismo no país na nova etapa, delineou as direcções principais do desenvolvimento da economia vietnamita, que se tornaram base do segundo plano quinquenal para o período de 1976 a 1980. Nesses anos, o Vietname enfrentou tarefas particularmente importantes: eliminar as consequências dos trinta anos de guerra e neocolonialismo e, simultaneamente, reorganizar a economia atrasada, construir a indústria socialista no país reunificado.

A mais difícil tarefa desta etapa foi a da superação das consequências dos trinta anos de domínio neocolonialista americano no Sul do Vietname. No Vietname do Sul, florescia a sociedade consumista com todos os seus atributos: 50 mil prostitutas, dezenas de milhar de narcómanos, meio--milhão de soldados e oficiais do velho Exército, 300 mil funcionários do governo fantoche e centenas de milhar de órfãos. Esta foi a herança que o antigo regime deixou ao poder revolucionário.

Tornou-se um sério obstáculo às transformações progressistas a política de bloqueio económico e de guerra psicológica subversiva, levada a cabo pelo imperialismo e a reacção em relação ao Vietname com o objectivo de debilitá-lo. Com o mesmo fim são organizadas provocações armadas nas fronteiras do país, bombardeamentos de artilharia do território vietnamita, através das seis províncias setentrionais do país infiltram-se no seu interior grupos de diversionistas e espiões. Tudo isso faz-se para aumentar a pressão sobre o Vietname e paralisar as suas forças.

O poder revolucionário levou a cabo um grande trabalho com vista à ocupação de milhões de pessoas que anteriormente integravam o aparelho militar do governo fantoche pró-



-americano. Neste contexto, eram criadas condições para o reinício do trabalho de empresas e brigadas artesanais, abriam-se novas empresas e fábricas para se garantir postos de trabalho suficientes para toda a população apta ao trabalho.

Presentemente, 93,2% dos trabalhadores estão ocupados na esfera da produção material, entre eles 11% nas indústrias, e 71% no sector agropecuário.

Entre os trabalhadores, cerca de 700 mil pessoas têm instrução média especializada ou superior (esta última categoria compeende cerca de 200 mil pessoas; das quais seis mil concluíram cursos de pós-graduação ou cursos de reciclagem para os finalistas dos estabelecimentos de ensino superior). Alguns ramos da economia nacional dispõem de uma distribuição bastante equável de quadros de colaboradores técnico-científicos. Já na maioria das cooperativas agropecuárias trabalham especialistas com instrução média e nalgumas com superior. As grandes empresas de construção e granjas agropecuárias de Estado também têm colaboradores técnico-científicos próprios.

Nos últimos anos, o Vietname envidou todos os seus esforços para o lançamento dos alicerces técnico-materiais do socialismo. Ao longo de todo este período, os investimentos básicos eram feitos, em primeiro lugar, nos sectores e ramos da economia capazes de garantir o crescimento anual médio de produção superior a oito por cento. 35% de todos os investimentos eram canalizados para a indústria; mais de 20%, para o sector agropecuário, e 18% para os transportes.

Graças à ajuda desinteressada e eficaz dos outros países da comunidade socialista e, antes de mais nada, da União Soviética, o Vietname conseguiu, num prazo relativamente curto, já em 1985, reconstruir e reforçar a sua base industrial, as principais artérias de transporte, os portos e os armazéns. Foram construídas bastantes novas obras deste tipo, porém, já maiores e melhor apetrechadas.

Foi reconstruído e posto em funcionamento o caminho--de-ferro que liga a capital do Vietname, Hanói, à cidade de Ho-Chi-Minh, com 1730 quilómetros de extensão.

Nos últimos tempos, encontravam-se em construção mais 800 empresas, das quais algumas foram postas recentemente em funcionamento. Entre elas, as fábricas de cimento em Bim Son e Hoang Thach, cada uma delas com a produtividade de 1,2 milhões de toneladas de cimento por ano. Cada uma dessas empresas produz todos os anos duas ou mesmo três

vezes mais cimento do que todas as fábricas deste género construídas no passado no Norte do país. Em Vinh, funciona uma nova fábrica de celulose e papel com a potência de 55 mil toneladas por ano, o que equivale a todo o volume de papel que se produzia outrora no Norte. Três fábricas de fiação, em Hanói, Vinei e Kat Changui, que produzem seis mil, nove mil e onze mil toneladas de fiado por ano respectivamente, constituem a base da indústria têxtil vietnamita.

Estão em construção três grandes centrais eléctricas; a hidroeléctrica em Hoa Binh no Rio Negro (Vietname do Norte) com a potência de 1,9 milhões de kWh (será a maior central hidro-eléctrica no Sudeste Asiático), a hidro-eléctrica em Tri An no Rio Dong Nai (Vietname do Sul) com a potência de 400 mil kWh e a térmica em Falai (a 60 quilómetros a Nordeste de Hanói) com a potência de 440 mil kWh. Só a central hidro-eléctrica em Hoa Binh no Rio Negro produzirá quase o dobro da energia que todas as centrais eléctricas do Norte do país produziram no período final da guerra contra os agressores americanos (até 1975).

Duas grandes pontes sobre o Rio Vermelho em Hanói, a de Thang Long, e a de Chuong Duong, construídas em 1985, ajudaram a resolver os problemas dos transportes ferroviário e rodoviário na capital. A ponte de Thang Long, de dois andares, tem 1688 metros de comprimento. A largura do andar superior é de 19,5 metros, o que cria as condições propícias para o tráfico veloz de quatro faixas.

Foram construídas uma série de instalações de irrigação, facto que tornou possível aumentar as áreas das terras de regadio em 700 mil hectares. Foram desbravados 900 mil hectares de terras virgens; em mais de 900 mil hectares foram efectuados trabalhos de reflorestamento. O sistema de irrigação de Dau Tieng, a Nordeste de Ho-Chi-Minh, é o maior no país e tem duas barragens. O comprimento da principal albufeira é de 1100 metros, o de reserva, de 29 quilómetros. A área aquática é de 27 quilómetros quadrados com a capacidade de 1,450 mil milhões de metros cúbicos de água. Dois canais com a extensão de 45 quilómetros cada um irrigam 187 mil hectares de campos na região do Tay Ninh e no distrito de Cu Chi, perto da cidade de Ho-Chi-Minh.

Revestiu amplas proporções a construção habitacional, de estabelecimentos de ensino e médicos, de instalações destinadas ao descanso e recreio dos trabalhadores. Assim, por exemplo, foram construídos mais de seis milhões de metros quadrados de área habitável, mais de três mil estabelecimentos de tratamento e profilaxia, 35 mil jardins de infância, 35 estabelecimentos de ensino superior e 20 escolas técnico-profissionais.



O crescimento da produção social deve-se a edificação da base técnico-material do socialismo no país. Nos últimos dez anos, a República Socialista do Vietname atingiu o aumento anual médio da produção em mais de cinco por cento, tendo o rendimento nacional crescido aproximadamente em cinco por cento por ano.

Neste período, apesar das dificuldades causadas pelas condições de tempo desfavoráveis, o sector agropecuário aumentou a produção de cereais em 18,2 milhões de toneladas (em 6,6 milhões de toneladas mais do que em 1975). O acréscimo anual médio aumentou 600 mil toneladas, facto graças ao qual o consumo per capita constituiu, em média, 290 quilos por ano. Isso foi o resultado da política do Estado que proclamara o sector agropecuário e o ascenso da sua produção como frente principal da luta. Um papel positivo foi desempenhado pela utilização de um vasto sistema de instalações de regadio em mais de 30% dos campos, dos meios de mecanização em 20% das terras de lavoura, e também pelos êxitos obtidos em matéria de selecção, designadamente a obtenção de espécies de culturas altamente rentáveis e de crescimento rápido.

Simultaneamente, cresceu bastante a produção de culturas técnicas. Por exemplo, a produção do algodão aumentou de 2300 toneladas em 1975 para 4500 em 1985; de juta, de 24 600 toneladas para 43 300 toneladas; de cana-de-açúcar, de 1,6 milhões de toneladas para mais de 5,7 milhões de toneladas; de soja, de 15 100 toneladas para 86 000 toneladas; de tabaco, de 13 700 toneladas para 38 700 toneladas; de chá, de 18 000 para 26 400 toneladas; de caucho (resina seca), de 24 200 para 52 300 toneladas.

A criação de gado e aves está a cargo de herdades tanto estatais como cooperativas e individuais. O efectivo de bois aumentou de 2,193 milhões de cabeças em 1975 para 2,590 milhões em 1985; o de vacas, de 1,485 milhões para 2,597 milhões; o de porcos, de 8,8 milhões para 11,797 milhões.

Devido à política correcta do partido e Estado que, na qualidade da tarefa primordial do período transitório para o socialismo, formularam a industrialização do país, a produção industrial do Vietname em 1985 ultrapassou duas vezes o nível de 1975. Actualmente, em todos os ramos e empresas da indústria são envidados esforços intensos para a supe-

ração do método burocrático-centralista de gestão e a passagem ao funcionamento em regime de autofinanciamento. Esta linha visa a utilização máxima de todos os instrumentos económicos para elevar o interesse das unidades de produção e dos trabalhadores pelos resultados finais da sua actividade na produção e em diversos tipos de empreendimento, o que, em última análise, tem de beneficiar tanto a sociedade como os colectivos laborais concretos e cada trabalhador em separado.

No período de 1975 a 1985, a produção de energia eléctrica no país subiu de 2,428 mil milhões de kWh para 5,228 mil milhões; a extracção de hulha, de 5,2 milhões de toneladas para 5,4 milhões; a fundição de diversos tipos de aço, de 36 mil toneladas para 57 mil; a produção de geradores Diesel, de 2708 para 5200; de adubos minerais, de 447 mil toneladas para 516 mil; de ácido sulfúrico, de 7357 para 14 983 toneladas; de tecidos, de 146,4 milhões de metros para 367,1 milhões; de artigos confeccionados, de 16,6 milhões para 18,3; de sabão, de 24 700 toneladas para 52 500.

Considerável progresso foi também alcançado no domínio da instrução, saúde pública e cultura. Devido à introdução da instrução gratuita, o número de estudantes no ano lectivo de 1985/86 constituiu 12,4 milhões, isto é, quase duas vezes mais do que no ano lectivo de 1975/76. Cresce o número de instituições médicas. Em cada zona local com a população de até cinco mil habitantes existe um posto médico; em cada distrito funcionam, no mínimo, duas clínicas. Vacinas profilácticas são feitas todos os anos a mais de 40 milhões de pessoas. Particular atenção é dispensada à assistência médica das mulheres e crianças. Mais de dois milhões de mulheres passam anualmente por exames médicos e, em caso de necessidade, são encaminhadas para o tratamento em clínicas ginecológicas. A mortalidade entre os recém-nascidos (durante a primeira semana de vida) diminui de 1,6% em 1975 para 1,2% em 1985.

O período transitório no Vietname distinguia-se por certas particularidades específicas. A par dos êxitos, houve também sérios erros. O Vietname enveredou pelo caminho rumo ao socialismo, passando por cima a fase de desenvolvimento capitalista. No país, predominava a produção pequeno-mercantil fragmentada, as relações mercantis estavam num nível bastante baixo sendo predominante nalgumas regiões a economia natural. Além disso, a maior parte da base técnico-material existente outrora foi destruída nos trinta anos de



guerra. Observavam-se sérios desníveis na produção de víveres, energia eléctrica, matérias-primas, materiais, bem como em toda a estrutura da economia nacional. Mal o Vietname conseguiu recuperar-se dessa guerra tão prolongada que nas suas fronteiras surgiu uma nova ameaça. Durante todo este período, o imperialismo internacional e as forças da reacção não cessaram as suas acções subversivas contra o povo vietnamita, o que não lhe permitia concentrar os seus esforços na edificação económica.

Por outro lado, devido a erros e falhas de ordem subjectiva, a acções apressadas e ao menosprezo das leis objectivas do desenvolvimento económico, causados, em parte considerável, pelo conservantismo, no Vietname não se conseguiu elaborar nos anos passados métodos eficazes de gestão da economia. Durante demasiado tempo no país reinou o sistema centralista, burocratizado de abastecimentos. Isso freava o crescimento da produção, a elevação da produtividade do trabalho e da sua qualidade. Faltavam à sociedade muitos artigos, impedindo a sua circulação a ausência do mercado uno. Como consequência, houve dificuldades na economia, inflação, preços instáveis, aumento do pessimismo quanto ao dia de amanhã no seio dos habitantes, erros na gestão da economia.

Com base numa profunda análise da situação na economia, o partido tomou a decisão sobre a necessidade de alteração dos métodos de gestão da economia nacional. A nova linha do partido está voltada para a reestruturação do mecanismo económico, o emprego de novos métodos de gestão que correspondam às novas forças produtivas e relações de produção que se formaram no país, assim como às novas condições políticas, económicas e sociais.

A situação existente coloca perante o país a tarefa de elevar, nos próximos anos, por todos os meios a eficácia da economia, introduzir na prática económica métodos de gestão eficientes, o que permitirá pôr, nos prazos mais curtos possíveis, em ordem a actividade sócio-económica e, desse modo, alcançar o progresso social e económico.

O partido formulou as seguintes teses estratégicas:

1. Estabilizar e desenvolver a produção, antes de tudo a agropecuária. Reorganizar e completar as unidades industriais de modo a tornar possível a utilização maximamente eficaz das potencialidades produtivas existentes para o fomento acelerado do sector agropecuário, a produção de artigos de amplo consumo destinados ao consumo interno e à exportação.

É necessário canalizar todos os esforços para a satisfação das necessidades mais importantes e imediatas da sociedade, estabilizar e melhorar gradualmente as condições materiais e culturais de vida do povo.

Concretamente isso significa: garantir por completo o abastecimento da população em géneros alimentícios, satisfazer melhor as suas necessidades em vestuário, elevar o nível de assistência médica, instrução e cultura, melhorar o trabalho dos transportes, aumentar a produção de mercadorias de amplo consumo, resolver gradualmente o problema residencial, especialmente nas cidades e zonas industriais.

2. Dar um passo importante na esfera social: garantir emprego a cada pessoa apta ao trabalho; assegurar uma distribuição justa dos bens materiais; afirmar o princípio da justiça social em conformidade com as condições concretas do Vietname; criar relações sadias na sociedade e o modo de vida saudável; conservar e desenvolver os valores morais e as tradições revolucionárias do povo; garantir à população e, em primeiro lugar, à juventude as condições necessárias para o seu trabalho criador e activo, vida espiritual e cultural rica, educá-la no espírito de fidelidade à pátria.

3. Criar fundos de acumulação com base nos recursos internos da economia; utilizar com eficácia os créditos e a ajuda do estrangeiro; construir novas obras com vista ao reforço da base técnico-material do socialismo; dar a devida atenção à indústria energética e às estruturas básicas da produção; criar condições para a industrialização acelerada na etapa ulterior de desenvolvimento.

4. Utilizando os respectivos métodos, levar à prática a reestruturação socialista da economia. Continuar o aperfeiçoamento das relações de produção socialistas, levando em conta o carácter e o nível de desenvolvimento das forças produtivas; consolidar o sector estatal e colectivo para que ocupe o lugar principal na economia do Estado; empregar ao máximo as possibilidades dos outros sectores, nomeadamente a sua estreita ligação ao sector socialista. Criar um novo mecanismo de gestão em que o papel central seja desempenhado pelo plano; reforçar os princípios do centralismo democrático; introduzir o regime de pleno autofinanciamento na actividade económica socialista.

5. Garantir consequentemente a satisfação das necessidades do país quanto à sua capacidade de defesa e segurança. A economia e a capacidade defensiva devem desenvolver-se e fortalecer-se em estreita ligação.



No próximo período, séria atenção no Vietname será dispensada ao desenvolvimento social e cultural. Subirá ainda mais o nível de instrução e de formação de quadros, levando-se em linha de conta as necessidades e tarefas concretas do fomento da economia.

A cultura e as artes desenvolver-se-ão também no futuro numa sólida base nacional, no espírito popular e de realismo socialista, contribuindo com eficácia para o cumprimento das duas tarefas estratégicas que se põem ao povo vietnamita: a edificação do socialismo e uma defesa segura da pátria socialista.

Estarão no centro das atenções diversos acontecimentos culturais, costumes da população residente nas zonas rurais e montanhosas afastadas.

É importante a tarefa de ampliação da rede de museus, clubes, casas de cultura junto a empresas estatais e locais, assim como o aperfeiçoamento da actividade editorial, comercialização de livros, divulgação de jornais e revistas.

Muita coisa será feita para a melhoria da assistência médica da população. Desenvolver-se-ão tanto a medicina moderna como os métodos populares de tratamento; serão aproveitadas mais amplamente as vantagens da profilaxia, alargar-se-á a rede de instituições médicas nos distritos e comunidades, melhorará a preparação de quadros médicos, elevar-se-á o nível de qualificação, reforçar-se-á o sentimento de dever perante o povo.

O partido e o Estado dão séria atenção ao desenvolvimento da educação física e do desporto que ajudam a reforçar a saúde do povo, antes de mais nada da nova geração. Neste contexto, são criadas condições para o envolvimento de amplas massas de trabalhadores na prática do desporto, que deve tornar-se um hábito e necessidade de toda a gente.

A cada ano que passa, aumenta no Vietname o número de reformados. Por isso, além de se criarem as condições propícias para a sua velhice tranquila, séria atenção é dada à questão da incorporação de reformados no processo laboral: na produção, na esfera de serviços, na actividade política e social, na educação da juventude.

O governo vietnamita adoptou uma resolução que estipula diversas regalias para os mutilados da guerra, as famílias dos tombados nos combates, assim como para as pessoas desmobilizadas do Exército. O Estado manifesta grande desvelo pelos órfãos e inválidos, envida muitos esforços para a reeducação das pessoas que serviram o antigo regime, dando-

-lhes a possibilidade de voltarem a ser membros da sociedade iguais em direitos.

Após vários decénios de luta, o povo vietnamita alcançou a vitória e conquistou a sua libertação. Coroaram-se também de êxito os seus esforços voltados para a concretização de uma grande missão histórica: a edificação do socialismo, a garantia da independência e da segurança da pátria.

# REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

*Por Dieter Resch*

A Constituição da RDA reza: «O homem está no centro de todos os esforços do Estado socialista e de toda a sociedade. A elevação progressiva do nível de vida material e cultural do povo com base em altos ritmos de desenvolvimento da produção socialista, o aumento da sua eficácia, do progresso técnico-científico e do crescimento da produtividade do trabalho constituem a principal tarefa da sociedade socialista desenvolvida.»

A garantia de uma vida condigna a todos os cidadãos constitui o sentido do socialismo. Por isso, também o desenvolvimento económico serve a causa da subida do bem-estar do povo. O fomento planeado da economia nacional, a consolidação da sua ligação à política social, à ciência, à instrução, à cultura e aos outros domínios da vida da sociedade — são estes os traços distintivos da política socialista. Os resultados desta política expressam-se no desenvolvimento auspicioso da economia da RDA, país que figure entre os dez Estados mais industrialmente desenvolvidos do mundo.

O início deste caminho foi mais do que difícil. Parte considerável da economia no território em que, mais tarde, se formou a RDA, especialmente a indústria, foi destruída nos anos da Segunda Guerra Mundial. A divisão da Alemanha acarretou para a RDA, no período de fronteiras abertas até 1961, perdas no valor de milhares de milhões de marcos. Um papel nefasto foi também desempenhado pelo bloqueio económico de muitos anos que o Ocidente estabelecera contra o primeiro Estado socialista em solo alemão.

O desenvolvimento auspicioso da economia nacional já nos primeiros decénios de existência da RDA teve um significado particularmente importante, pois criava condições para a elevação sistemática do nível de vida dos trabalhadores, a

ampliação e o reforço do seu programa sócio-político. Os êxitos alcançados tornaram-se hoje parte inalienável da vida dos trabalhadores da RDA, dos seus direitos e garantias sociais. Trata-se do trabalho garantido a cada cidadão, do crescimento constante das receitas da população, da assistência médica e instrução pública gratuitas e de alta qualidade, da previdência social por velhice e doença, da concessão de condições residenciais condignas a cada membro da sociedade.

Nos princípios dos anos 70, na RDA foram traçadas tarefas com vista ao desenvolvimento progressivo da sociedade nas condições do socialismo desenvolvido.

Serviram de impulso a tudo isso, antes do mais, as resoluções do VIII Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha, realizado em 1971. Na qualidade da tarefa central, o congresso determinou a unidade da política económica com a social, que consistia em elevar progressivamente o nível de vida material e cultural do povo com base num alto dinamismo do fomento da produção socialista, a eficiência e a produtividade do trabalho, o nível técnico-científico. Assim, a RDA entrou numa etapa qualitativamente nova do seu desenvolvimento.

Pouco tempo depois do VIII Congresso do partido, tornou-se claro que a política orientada para a consecução desta tarefa principal, está longe de ser um simples conjunto de medidas sócio-políticas. Os anos decorridos desde então mostraram que se tratava da tarefa-chave de formação da sociedade socialista desenvolvida, na sua integridade.

Na segunda metade dos anos 70, devido às alterações nas condições internacionais antes do mais económicas, perante a RDA levantou-se uma vez mais a questão: continuar ou não a seguir a linha para o aumento do bem-estar, o crescimento económico e o reforço da estabilidade, traçada pelo VIII Congresso do PSUA. A esta questão de suma importância, foi dada a seguinte resposta unívoca: «Sim, continuar.» Esta decisão dimanava da fé na política do PSUA e assentava no crescimento do potencial económico da RDA e a sua colaboração estreita com os outros países da comunidade socialista.

Na década de 70, o desenvolvimento auspicioso da economia da RDA fez com que se criassem novas condições para a gestão económica e planificação. Nas indústrias, construção civil e nos transportes, começaram a formar-se complexos empresariais com a gestão unificada de todo o processo de



produção. Simultaneamente, tornou-se evidente que haviam sido esgotadas praticamente todas as possibilidades do crescimento extensivo da economia nacional. Isso dizia respeito tanto às reservas de matérias-primas e combustíveis como às de mão-de-obra e outros recursos económicos.

O limiar das décadas 70 e 80 foi assinalado por sérias mudanças na vida internacional. A política de instigação da corrida aos armamentos e de confrontos, levada a cabo pelo imperialismo, agravou acentuadamente a situação internacional. Nunca desde o fim da Segunda Guerra Mundial pairara sobre o mundo uma ameaça tão temível como naquele período. O aprofundamento da crise geral do capitalismo, o seu entrelaçamento específico com a crise cíclica accarretaram sérias consequências para a economia mundial, o que não deixou de atingir também a economia dos países socialistas.

Sérias mudanças operaram-se também na RDA. O X Congresso do PSUA, efectuado em 1981, tinha por objectivo resolver o seguinte problema: como assegurar à maneira nova e em novas condições, a concretização do programa de edificação da sociedade socialista desenvolvida. O congresso adoptou a resolução sobre a estratégia económica e social do PSUA nos anos 80. Eis as suas teses fundamentais.

O crescimento da economia é a condição básica para o desenvolvimento progressivo e estável da sociedade socialista. As necessidades materiais e culturais das pessoas alteram-se. A satisfação sistemática das crescentes necessidades pressupõe o crescimento do potencial económico. Qualquer baixa nos ritmos de crescimento económico, independentemente das causas que a originam, leva a contradições e conflitos. Por isso, a direcção do partido e o governo da RDA concentram a sua atenção na criação das premissas necessárias para um crescimento económico estável, considerando-o a base da política social do socialismo.

No entanto, o desenvolvimento da economia por si só não assegura automaticamente a subida do nível de vida dos trabalhadores. O crescimento económico orientado exclusivamente para a obtenção do lucro não leva em linha de conta as exigências que surjam eventualmente no futuro, encerrando, ao mesmo tempo, a ameaça de crises e contradições sociais. Na sociedade socialista, nós fazemos sempre a seguinte pergunta: para quem e com que objectivo? O PSUA considera a unidade da política económica e social como a elevação da eficiência da economia, indispensável para se garantir a subida gradual do nível de vida da população.

Além disso, é necessário revelar e desenvolver as vias e os meios de crescimento específicos e inerentes ao socialismo. Foi o progresso técnico-científico que se tornou fonte incondicional de crescimento. É, ao mesmo tempo, natural que o aproveitamento das vantagens e possibilidades do socialismo signifique unir indissoluvelmente a ciência e tecnologia moderna ao progresso social. Isto significa, por seu turno, a ampliação das conquistas sociais dos trabalhadores, a alteração do conteúdo do trabalho, a formação permanente de relações sociais cada vez mais perfeitas.

O X Congresso do PSUS determinou, na qualidade da mais importante tarefa, a elevação substancial da produtividade do trabalho. Por isso, a intensificação coerente e universal do processo de reprodução é considerada como tese-chave do programa de desenvolvimento económico e social progressivo.

Em 1986, efectuou-se o XI Congresso do PSUA, que delineou a política da RDA na esfera do desenvolvimento da sociedade socialista até 1990 e, em algumas direcções, até ao fim do século. O congresso formulou também os objectivos e as tarefas do plano quinquenal de desenvolvimento do país no período de 1986 a 1990.

Em conformidade com as resoluções do congresso, a linha básica continua a ser o reforço da unidade da política económica com a social. Isso significa que, também doravante, todas as forças serão dedicadas à garantia do crescimento dinâmico da economia, à consecução dos objectivos sócio-políticos. É tido como decisivo o princípio, segundo o qual qualquer progresso na ciência e tecnologia, quaisquer êxitos na economia devem ser acompanhados pela melhoria das condições de vida e trabalho para cada pessoa concreta, pela subida do nível de vida, pelo alargamento das garantias sociais com base no pleno emprego. Qualquer outro programa voltado para a racionalização da tecnologia, mas não relacionado com a melhoria das condições de trabalho e vida para todos os cidadãos e que não assegure garantias sociais completas, contraria, no fundo, os princípios da sociedade socialista na RDA.

No entanto, não se pode negar o facto de, neste contexto, surgirem problemas complexos cujas vias de resolução ainda são desconhecidas. É preciso dar-se conta de que neste domínio não existe, por enquanto, experiência histórica alguma e que, ao mesmo tempo, não se pode utilizar os métodos e a experiência dos países capitalistas e seus consórcios.



O XI Congresso do PSUA deu uma apreciação positiva dos resultados do desenvolvimento económico e social nos últimos anos na RDA. Conseguiu-se assegurar o crescimento da economia apesar de numerosas dificuldades bastante sérias e imprevistas. No último quinquénio (1981-1985), o rendimento nacional totalizou 1,087 bilhões de marcos, constituindo a média de crescimento anual 4,5%. Os ritmos de crescimento na segunda metade do quinquénio transcurso foram consideravelmente superiores aos dos primeiros anos (1984—5,5%; 1985—4,8%). Deste ponto de vista, a RDA não fica aquém dos outros países industrialmente desenvolvidos.

Nos últimos anos, a produtividade do trabalho na indústria aumentou 38%, tendo assegurado 91% do acréscimo da produção. A parte das secções automatizadas na produção industrial aumentou 53%. Se em 1970 na economia da RDA não havia sequer um robot industrial, já nos fins de 1985 o seu número era superior a 56 600. Em meados de 1986, na RDA já existiam 11 200 secções industriais apetrechadas com computadores do sistema SAD/SAM. A diminuição anual média do consumo dos mais importantes tipos de energia, combustíveis e matérias-primas constituiu 5,3%. O volume do comércio externo do país ultrapassou em 1985 em 50% o respectivo nível de 1980.

Foi efectuada com bastante êxito a passagem à intensificação do processo de reprodução. Isso, indubitavelmente, constitui o maior êxito alcançado na economia, pois graças a ele abrem-se fontes absolutamente novas do crescimento da economia nacional. Uma delas é a redução dos gastos de produção. Se no período de 1976 a 1980, mediante a redução do consumo na produção, foi obtido um acréscimo do rendimento nacional de 2,8%, já actualmente este indicador constitui 40%. A redução do consumo na produção tornou-se um factor determinante do crescimento económico. Um outro grande êxito foi a diminuição do consumo convencional das matérias-primas e dos combustíveis. Se em 1970 o consumo dos recursos energéticos importantes para a economia nacional destinado à fabricação de mercadorias no valor de mil marcos constiuía 100%, já em 1980 baixou para 71% e em 1984 para 55%. Isso quer dizer que actualmente a RDA produz, com o mesmo nível de consumo de materiais e energia, quase duas vezes mais artigos industriais do que em 1970 e quase um terço a mais do que em 1980. Caso não se envidassem esforços permanentes para a redução das despesas

da mão-de-obra, agora seriam necessários suplementarmente para a formação do rendimento nacional quase 600 mil trabalhadores.

Desse modo, conseguiu-se não só reduzir as despesas gerais, como ainda utilizar esta tendência para a obtenção de ritmos elevados de crescimento da economia. Daí foi formulada a mais importante tarefa para o período até 1990: com base na redução das despesas, assegurar os mesmos ritmos de crescimento.

Foi conseguido um crescimento considerável da instrução, tendo sido levadas a efeito, com este objectivo, uma série de novas iniciativas. Tem-se em vista a politecnização progressiva do ensino secundário com vista a preparar os estudantes a dominarem os novos equipamentos e aparelhos técnicos, assim como a alteração dos programas lectivos e o desenvolvimento de outras formas de ensino.

Nos fins da década de 80, será elaborado um novo programa lectivo para as escolas de ensino geral com a duração de dez anos. Na RDA, foi completamente realizado o direito, garantido pela Constituição, à instrução e à obtenção de uma profissão, de um emprego correspondente, terminados os estudos. No período de 1981 a 1985, as escolas técnico-profissionais do país eram frequentadas por 1 011 000 jovens. Até 1990, todas essas escolas funcionarão com novos programas lectivos que correspondam às crescentes exigências da ciência e da técnica. Gradualmente, junto a esses estabelecimentos de ensino especializado, serão criados gabinetes de computadores.

Para se garantir a ligação do processo de aprendizagem à vida, é de particular importância a cooperação constante das universidades com a economia nacional. Presentemente, 21% de todos os trabalhadores têm instrução superior ou média especializada completa; 64%, são trabalhadores qualificados. É um potencial bastante significativo.

O crescimento dinâmico da economia da RDA serviu de base para o reforço coerente da unidade da política económica com a social. Diferentemente de muitos países capitalistas, na RDA nunca é limitada ou anulada a realização de um ou outro programa sócio-político. Antes pelo contrário, os ritmos de construção habitacional e dos estabelecimentos sócio-culturais foram aumentados, tal como foram tomadas novas medidas sócio-políticas voltadas para a melhoria das condições de vida e de trabalho das pessoas.

Só à realização do programa de construção habitacional



no período de 1981 a 1985 foram atribuídas verbas no valor de 260 mil milhões de marcos, isto é, 10% do rendimento nacional obtido no respectivo período. Graças à nova construção habitacional, assim como à modernização de 2,4 milhões de apartamentos, nos últimos quinze anos 7,2 milhões de habitantes melhoraram as suas condições residenciais sendo as rendas de casa, como dantes, mantidas a baixo preço, não ultrapassando três por cento do orçamento de uma família de operários ou empregados.

As receitas reais da população em 1985 dobraram o respectivo nível de 1970. Elas compreendem o vencimento líquido que no mesmo período subiu para 178%, e ainda diversos tipos de serviços gratuitos provenientes dos fundos sociais de consumo. É o resultado da adopção das medidas correspondentes destinadas a elevar o salário a mais de sete milhões de trabalhadores, assim como de vários aumentos das pensões, efectuados ultimamente em 1984 e 1985 e que abrangeram 3,2 milhões de reformados. Uma influência decisiva sobre o crescimento das receitas reais da população é exercida pelos preços dos artigos de primeira necessidade, rendas de casa, tarifas dos transportes e serviços, os quais se mantêm todos imutáveis há já um quarto de século. É parte inalienável das garantias sociais aos cidadãos, uma das mais importantes conquistas do socialismo real na RDA.

O valor da circulação das mercadorias a retalho atingiu 113 mil milhões de marcos em 1985 em comparação com 64 mil milhões em 1970. O sortimento das novas mercadorias de consumo aumentou agora contra 1980 em mais do dobro, constituindo 33% de todas as mercadorias de amplo consumo.

O partido e o governo dão particular atenção às jovens famílias, às trabalhadoras com filhos e às crianças. Desde 1972, as jovens famílias têm o direito de obter créditos isentos de juros, que são parcialmente amortizados com o nascimento dos filhos. Até 1985, 1,1 milhões de jovens famílias receberam créditos no montante de 6,5 mil milhões de marcos. Às mulheres trabalhadoras concedem-se, com o nascimento de cada filho, férias de um ano de duração, pagando-se-lhes na íntegra o salário médio e reservando-se o seu posto de trabalho até o filho completar três anos de idade, caso a mãe desejar ficar em casa por todo este período. A manutenção das crianças nos jardins de infância e creches é totalmente gratuita, o que prova o elevado nível de desvelo pelas crianças por parte do Estado. Só no quinquénio passado, o número de

vagas nas creches aumentou em 66 300 e nos jardins de infância em 137 000.

Continuou a crescer o nível de saúde pública e da previdência social. O número de ocupados na saúde pública aumentou de 360 mil em 1970 para 537 mil em 1985. A assistência médica, os medicamentos prescritos pelo médico, o tratamento hospitalar e balnear são gratuitos na RDA. A contribuição obrigatória para o fundo de previdência social dos trabalhadores continua imutável desde a data da formação da RDA, não ultrapassando 60 marcos por mês.

No relatório ao XI Congresso do PSUA, Erich Honnecker, secretário-geral do seu Comité Central, caracterizou os êxitos alcançados do modo seguinte: «O facto de a RDA, já há mais de um decénio e meio, seguir a via do incessante desenvolvimento económico e social pode ser, com plena razão, qualificado de testemunho do potencial do socialismo real.

O que conseguimos fazer com esforços conjugados torna ainda mais firme a nossa convicção de que cumpriremos com êxito as tarefas traçadas pelo XI Congresso para o período até 1990 e, depois, até ao ano 2000.»

No XI Congresso do PSUA foi tomada a decisão sobre a necessidade de prosseguir a linha de crescimento económico e desenvolvimento dinâmicos também na segunda metade do decénio em curso. Foi frisado que, também no futuro, o que irá determinar a vida na RDA serão a ocupação completa, o bem-estar crescente, o elevado nível de instrução para todos, a economia e cultura florescentes, a certeza no dia de amanhã.

No fim do actual quinquénio espera-se obter um acréscimo anual do rendimento nacional em termos de quatro a cinco por cento. Uma das particularidades desta tarefa é que o crescimento do rendimento nacional deve ser obtido mediante a elevação da eficiência da produção, redução do consumo na produção e das despesas de mão-de-obra. Isso é possível só se o processo de renovação tecnológica e técnica for realizado a ritmos acelerados. Serão, neste contexto, factores decisivos o desenvolvimento e a utilização ampla de tecnologias-chave como a micro-electrónica, computadores de ponta, sistemas de produção automáticos flexíveis.

Assim, por exemplo, até 1990, prevê-se pôr em funcionamento 75 a 80 mil robots industriais, criar 85 a 90 mil estações de computadores, introduzir sistemas de produção flexíveis nas empresas da indústria de construção de máquinas e na electrotécnica, aparelhos electrónicos e sistemas íntegros de



automatização nos outros ramos. Serão exemplos concretos de mudanças qualitativas no nível tecnológico de produção. Uma ampla racionalização socialista com base nas realizações técnico-científicas será acompanhada pela melhoria das condições de trabalho para mais de um milhão de pessoas, ficando aproximadamente 450 mil pessoas libertas do trabalho braçal pesado.

Os especialistas da RDA resolvem parte considerável dos seus problemas técnico-científicos em colaboração com os seus colegas da URSS e outros países socialistas. Na base dessa cooperação estão, entre outros, o Programa Integral a longo prazo de cooperação na esfera da ciência, técnica e produção concluído entre a RDA e a URSS e o Programa Integral do Progresso Técnico-Científico dos países membros do CAME até ao ano 2000. Planeia-se ainda uma maior ampliação da cooperação e do comércio com países em vias de desenvolvimento. Também no futuro, as relações económico-comerciais com países industrializados desenvolver-se-ão com base na igualdade de direitos e vantagem mútua.

Em conformidade com o principal objectivo do socialismo, o crescimento do potencial económico possibilitará, ainda na segunda metade do actual decénio, a elevação sistemática e progressiva do nível de vida material e cultural do povo. A tarefa primordial da RDA é a criação de todas as condições necessárias para o desenvolvimento multifacetado do homem.

Trata-se não só de assimilar as eventuais consequências da revolução técnico-científica, embora também seja uma tarefa muito importante. A resolução dos problemas sociais básicos no contexto do regime socialista afigura-se como a principal condição para a activação prática das forças motrizes correspondentes, do talento e das capacidades de cada pessoa. Existindo amplos direitos e garantias sociais e com o aumento permanente do nível de vida desapareceu o medo das pessoas de perderem o emprego, tendo-se atingido alta produtividade do trabalho. A experiência quotidiana comprovante das mudanças tecnológicas servirem no plano social, os trabalhadores contribuírem para o crescimento do nível de vida e cada indivíduo ser participante neste processo, o qual reflecte os seus interesses, transforma-se, nestas condições, numa das mais importantes forças motrizes.

As mudanças revolucionárias ocorridas e que continuam a ocorrer no carácter das forças produtivas constituem a base

em que a política social da RDA pode continuar a desenvolver-se de modo consequente. Trata-se da política social em toda a sua plenitude, quer dizer, da instrução, política cultural, assistência médica e tempos-livres.

Neste contexto, o XI Congresso do PSUA propôs um programa grandioso para os próximos anos. Serão construídos ou modernizados 1064 mil apartamentos com vista a resolver, dessa maneira, o problema habitacional até 1990, mentendo-se baixa a renda de casa. O programa de construção habitacional compreende não só a edificação de novas moradias, como também de estabelecimentos médicos e sociais, de escolas e instalações desportivas. De 1986 a 1990, o número de salas de aulas aumentará em 10,7 mil, serão construídas ou reconstruídas 740 salas gimno-desportivas escolares. No que concerne aos jardins de infância, já existem tantos que podem frequentá-los 94% de todas as crianças na idade dos três aos seis anos. No quinquénio em curso, está previsto assegurar mais 45 600 vagas nos jardins de infância. Também nos próximos anos, será, mantido o nível estável de preços das mercadorias de primeira necessidade, assim como das rendas de casa, etc. Os preços do pão, carne, assim como as tarifas da energia eléctrica não serão, nos próximos cinco anos, superiores aos de hoje ou de há vinte anos.

Reveste particular importância a resolução dos problemas sociais no quadro da revolução técnico-científica. Convém mencionar dois aspectos. Um deles é a ampliação sistemática das conquistas sociais, processo que abrange os mais diversos domínios, designadamente o desenvolvimento planificado da instrução, as possibilidades e vias práticas de mudar de local de trabalho, a ampliação dos direitos dos sindicatos em ligação estreita com as mudanças que se operam na tecnologia da produção.

A lei sobre o trabalho na RDA versa que não se pode despedir um operário ou empregado sem que lhe seja proposto um outro local de trabalho que corresponda à sua qualificação e experiência profissional.

Uma das tarefas básicas é a garantia permanente da ocupação completa. Importam aqui três factores. Primeiro, os altos ritmos de crescimento da economia. Segundo, o alargamento dos mais importantes ramos da economia nacional, assim como dos outros domínios da vida da sociedade. Também no futuro, haverá uma procura crescente da mão-de-obra por parte da esfera de serviços, assim como dos ramos que, de um ou outro modo, estão relacionados com o lazer das pessoas e, naturalmente, de estabelecimentos sociais como jardins de infância e creches, estabelecimentos de ensino, da protecção ao meio ambiente. Para se levar à prática uma medida como a concessão às mulheres das férias de gravidez e pós-parto durante um ano, mantendo-se-lhes o seu salário médio, foi necessário incorporar suplementarmente 120 mil trabalhadores. O terceiro factor é precisamente a tendência para a redução do horário de trabalho.

Na qualidade do segundo aspecto afigura-se a ampliação dos direitos democráticos dos trabalhadores no processo de transformações tecnológicas. Não há um único programa de racionalização, em cuja elaboração e aprovação os sindicatos não tomem parte. Um dos objectivos básicos da política social na RDA é fazer com que o homem com os seus interesses e necessidades, talento e aptidões esteja sempre no centro das atenções da sociedade.

Neste sentido, são de primordial importância dois factores. A propriedade socialista dos meios de produção cria premissas para que os resultados da elevação da eficiência beneficiem os trabalhadores. Em 1985, 78% de todos os rendimentos do Orçamento de Estado provinham dos lucros das empresas. Grande parte desses recursos será canalizada para o financiamento de actividades sócio-políticas.

Doravante, a atenção será concentrada na ampliação da participação democrática de todos os trabalhadores na renovação tecnológica da produção. É a principal tarefa da política económica da RDA, pois só deste modo se pode envolver os trabalhadores neste processo, só assim se pode aproveitar a sua experiência, fazer com que o progresso técnico, sob toda e qualquer forma, seja acompanhado pela melhoria das condições de vida e de trabalho.

O programa de desenvolvimento económico e social implica a preservação da paz. É o principal objectivo da política externa da RDA, a qual está permanentemente orientada para a activação das forças amantes da paz, forças da razão e do realismo, para a luta contra a corrida aos armamentos, pela prevenção da guerra nuclear e a eliminação da sua ameaça, a inadmissão da militarização do Espaço, a liquidação das armas nucleares e o fim da confrontação, pelo desenvolvimento da cooperação entre os povos.

# REPÚBLICA POPULAR DA POLÓNIA

*Por Tomasz Piwowarun*

A edificação do socialismo na Polónia iniciou-se em condições extremamente desfavoráveis: o país caracterizava-se por uma estrutura sócio-política atrasada, havia falta de equipamentos técnicos modernos, as aldeias estavam sobrepovoadas, a cultura e a instrução encontravam-se a um nível muito baixo. Tudo isso deveu-se às consequências trágicas da Segunda Guerra Mundial. A guerra e a ocupação hitleriana foram também responsáveis pela destruição de 65% de todas as empresas industriais. O prejuízo causado pela guerra ao Estado polaco foi calculado em 11,5 mil milhões de dólares americanos, segundo a cotação de 1938, isto é, o equivalente ao valor do rendimento nacional da Polónia dos quatro últimos anos anteriores à guerra.

Graças à actividade enérgica dos trabalhadores, já nos meados de 1945, 70% das empresas industriais recomeçaram a funcionar. Um papel positivo foi desempenhado pela introdução da prática de desenvolvimento planificado da indústria. Cumprido o plano de 1946, foi elaborado o plano trienal de reconstrução da economia (1947-1949). Já nos primeiros anos de desenvolvimento planificado da economia foram alcançados ritmos de crescimento bastante elevados. O nível de produção industrial de 1938, o último ano pacífico antes da Segunda Guerra Mundial, foi alcançado em 1950; o nível de produção agrícola da mesma altura, em 1956, e o respectivo nível de construção habitacional, uns anos mais tarde.

Na base dos elevados ritmos de desenvolvimento estavam o rápido crescimento da parte dos investimentos na formação do rendimento nacional e o aumento particularmente intenso da ocupação. Já em 1949, foi garantida a ocupação completa da população apta ao trabalho.

Teve um significado decisivo o melhor aproveitamento das empresas industriais já existentes. A utilização completa



das suas potencialidades foi atingida já em 1949. As indústrias de extracção de minerais e têxtil deram mais produção do que no período entre as duas guerras mundiais.

No período de realização do plano trienal, foram criados novos ramos da economia como, por exemplo, a construção naval, a produção de camiões, tractores, máquinas-ferramentas rotativas de tratamento de metais, etc. Mas tudo isso só ajudou parcialmente a acabar com o atraso da indústria polaca. Em 1949, a indústria não estava ainda em condições de satisfazer em quantidades suficientes as necessidades da economia nacional quanto ao aço de alta qualidade, caldeiras para turbinas, equipamentos para minas, máquinas de construção, equipamentos para as indústrias química e ligeira. A indústria electrotécnica não produzia máquinas eléctricas de alta potência, os mecanismos de precisão não dispunham dos dispositivos e instrumentos de medição de alta qualidade necessários para o desenvolvimento da construção de maquinaria. Muitos outros problemas deviam-se à falta de gabinetes de projecção e à inexperiência dos existentes.

Em 1949, a construção metalomecânica polaca satisfazia apenas 50% das necessidades da construção básica; a exportação de máquinas de fabrico nacional constituía apenas 9,5% do volume de importação de máquinas estrangeiras. As possibilidades de fabricação de máquinas nacionais eram limitadas quer no sentido quantitativo, quer qualitativo. Máquinas-ferramentas e instrumentos relativamente simples eram produzidos por métodos caducos. A indústria de construção de máquinas não estava em condições de garantir à Polónia a independência técnica e tecnológica, nem de organizar a produção de meios modernos de produção próprios.

A indústria metalomecânica precisava urgentemente de novas máquinas e equipamentos. Só depois de as empresas terem recebido máquinas e equipamentos mais modernos se abriram perante elas novas possibilidades. Só depois de se ter iniciada a implementação de métodos mais eficazes na produção industrial a ideia do socialismo, tendo recebido o reforço material, se transformou em realidade. Se isso não se tivesse realizado, a ideia teria ficado só a nível de postulados sócio-políticos.

No congresso de unificação do Partido Operário Polaco e do Partido Socialista Polaco em 1948, foi adoptado o programa de industrialização do país. Na sua base foram colocadas as directrizes do plano, calculado por seis anos, de desenvolvi-

mento do país e da sua reestruturação económica. Este plano e os seguintes, já quinquenais, foram por mais de uma vez corrigidos, porém, durante muitos anos a linha da industrialização tem sido levada à prática de modo coerente. O papel dominante da industrialização na política económica da Polónia devia-se à sua importância para a consecução dos principais objectivos do socialismo. Precisamente na indústria tem lugar o mais dinâmico desenvolvimento das forças produtivas. Devido a esta política de industrialização, conseguiu-se, em prazos relativamente curtos, criar novas possibilidades para a ocupação de uma parte considerável da população, munindo-a dos respectivos instrumentos de trabalho. O fomento da indústria contribuiu não só para o crescimento da ocupação, como também para a subida da produtividade do trabalho, a elevação do poder aquisitivo e o aumento do volume de comércio interno. A fabricação de novos artigos fez com que se elevasse o interesse pelos artigos industriais e a especialização conduzia à ampliação da cooperação. A estrutura de consumo em mutação constante tornou-se dessa maneira um factor do crescimento do nível da indústria, por um lado, e um factor da elevação do nível de vida da população, por outro.

O período de mais de vinte e cinco anos de industrialização da Polónia pode ser dividido em duas etapas. O marco que as divide é o final da década de 60. O desenvolvimento económico nos anos 50 esteve sujeito à necessidade de criar a base produtiva das indústrias pesadas. Só depois de terem sido lançados os alicerces modernos da metalurgia, das indústrias automobilística e química, da produção de materiais de construção, e depois de ter crescido o potencial da própria indústria de construção, se tornou possível fazer subir o nível de desenvolvimento da indústria polaca anterior à Segunda Guerra Mundial.

A transformação do país de agro-industrial em industrial-agrário possibilitou, posteriormente, alargar o leque de direcções prioritárias do desenvolvimento da indústria, levando-se, ao mesmo tempo, em consideração a necessidade de modernização, de alteração da estrutura da indústria, de elevação da qualidade e eficácia da produção. Depois de o Estado ter criado determinadas reservas de investimentos e de terem sido descobertos novos jazigos de enxofre, lignitas, gás natural, carvão de coque e cobre, foi possível concentrar os esforços no desenvolvimento da base de matérias-primas e energia. A reestruturação dessa base em 1960 a 1965 assenta-



va nos êxitos alcançados pela construção de máquinas. fabricação de novas máquinas e equipamentos permitiu empregarem-se muitos novos métodos de extracção de matérias-primas e de produção de energia eléctrica, assim como elevarem-se esses ramos a um nível tecnológico mais alto. O processo de reapetrechamento técnico prosseguiu também nos anos posteriores. Séria importância era atribuída à ciência, ao progresso técnico e à especialização nas indústrias pesadas.

Simultaneamente, o facto de todos os esforços serem canalizados para o fomento das indústrias pesadas freava o progresso do sector agropecuário, da indústria ligeira e da construção civil. A produção obsoleta nesses ramos não podia satisfazer as crescentes necessidades da população. A questão da elevação do nível de desenvolvimento desses ramos ganhou particular acuidade.

No limiar dos anos 60 e 70, a Polónia iniciou uma ampla reconstrução e reapetrechamento técnico da construção civil, da indústria ligeira, ramos cuja produção se destinava antes do mais, ao mercado interno. Este momento deve ser considerado o início da segunda etapa de industrialização. Se na primeira etapa se tratava, antes de tudo, de criar a indústria pesada, já a segunda se caracteriza pela necessidade de utilização de novos métodos tecnológicos na produção de mercadorias de amplo consumo nas esferas não industriais e de serviços. Logicamente, a especificidade desses problemas devia exercer influência sobre o desenvolvimento dos meios de produção.

Não havia dúvidas a respeito da estratégia de adaptação de ramos concretos e, inclusivamente, sortimento de artigos às necessidades do sector agropecuário que se via cada vez mais sujeito à influência directa das tendências da grande produção industrial, construção, indústria ligeira, transportes e outros ramos. Como resultado, eram construídas empresas de automóveis ligeiros, de adubos, de centrais telefónicas, de chapas de madeira prensada, auto-estradas, empresas de refrigeração de frutas e legumes, empresas de construção, estações ferroviárias, jardins de infância, minas, matadouros.

Seria demasiado comprida a lista de unidades económicas e sociais construídas na Polónia nos anos 70. O essencial, contudo, é assinalar que todas elas mudaram radicalmente a fisionomia e a vida do país. O alargamento do sortimento de mercadorias não alimentares, da esfera de serviços, o grande passo dado no apetrechamento de apartamentos com diversos

objectos de uso doméstico, o desenvolvimento do turismo e das formas activas de descanso e recreio — tudo isso fez com que nos fins da década de 70 o nível de vida na Polónia subisse de tal modo que, pela quantidade (porém, não pela qualidade) de mercadorias, se podia equiparar ao de países com economias muito mais desenvolvidas.

Na base da estratégia do fomento dinâmico da economia estavam os investimentos básicos. Porém, com frequência cada vez maior os recursos financeiros para o mesmo eram obtidos do estrangeiro. Ao mesmo tempo, afirmava-se que os empréstimos ajudariam a levar a cabo uma modernização da economia em larga escala, antes de tudo das indústrias, e que as capacidades de exportação na Polónia atingiriam um nível tão alto que não seria difícil pagar as dívidas externas, e que a economia e a sociedade praticamente não sentiriam os efeitos negativos dessas dívidas.

O ponto fraco desta estratégia consistia na tese errónea de que a Polónia conseguiria modernizar a sua economia tão rapidamente que as mercadorias polacas ganhariam, em plena medida e em curtos prazos, a capacidade de concorrência internacional, mesmo nos mercados dos Estados capitalistas desenvolvidos, donde, na maioria das vezes, provinham os créditos. Foi também errada a suposição de que seria possível pagar e amortizar as dívidas com a exportação de artigos de fabrico nacional nas condições em que, no mercado internacional, aumentaria constantemente a procura desses artigos.

Por conseguinte, foi subestimado o facto de se ter podido levar à prática a estratégia delineada só com a condição de a Polônia fabricar artigos realmente modernos. Mas para isso eram necessários materiais de alta qualidade, que podiam ser, na maioria das vezes, produzidos em cooperação com outros parceiros. Como consequência, a economia polaca caía cada vez mais em dependência da importação desses materiais e da cooperação, o que, por seu turno, conduziu a um subaproveitamento considerável das potencialidades produtivas.

Não foi dada a devida atenção também à correlação entre o crescimento dos investimentos e o das necessidades do mercado interno em função do poder de compra da população. Os investimentos na Polónia atingiram proporções sem precedentes: em 1974 constituíam 35,6% do rendimento nacional. No período de 1971 a 1978, cresceram 260%, tendo o consumo aumentado, no mesmo lapso de tempo, quase 180%.

Semelhante crescimento dos investimentos só era possível



graças aos empréstimos estrangeiros. Desenrolaram-se em amplas proporções a construção e reconstrução de empresas industriais com base em tecnologias de ponta que eram importadas de países industrialmente desenvolvidos. Durante dez anos, foram utilizados créditos no valor de quase 42 mil milhões de dólares; dos quais 27 mil milhões foram canalizados para a aquisição de equipamentos importados, assim como cereais e alguns tipos de matérias-primas também de origem estrangeira; 15 mil milhões correspondiam aos créditos financeiros. No período de 1971 a 1980, os juros desses créditos totalizaram aproximadamente oito mil milhões de dólares.

Os volumes de compras de equipamentos atingiram nível tal que a economia polaca já não conseguia utilizá-los com eficiência. Houve casos quando máquinas e equipamentos comprados com divisas ficavam armazenados por muito tempo em depósitos de empresas, cuja construção se atrasava em relação às compras já referidas. Por outro lado, nas empresas já em funcionamento e equipadas com tecnologias importadas, com a sua produção orientada para as exportações, acontecia frequentemente que faltavam materiais ou peças locais para assegurar o ciclo completo de produção. Esses problemas eram resolvidos por meio de compras urgentes do que faltava, aliás, novamente com recursos provenientes dos créditos estrangeiros. Crescia a dívida externa do país. Nos fins de 1980, já totalizava 23 mil milhões de dólares; a amortização dos créditos e dos seus juros a favor de Estados capitalistas constituía 80% em relação à exportação da produção das empresas industriais e de diversos serviços.

As dificuldades no abastecimento da esfera produtiva reflectiram-se também no subaproveitamento das suas potencialidades de produção. Em 1979, o rendimento nacional baixou mais de dois por cento; em 1980, em mais de cinco por cento. Como resultado, era apenas um pouco superior ao de 1976.

Também a política de investimentos se viu numa situação difícil. No período de 1971 a 1980, foram postas em funcionamento cerca de 400 novas grandes empresas industriais; contudo, posteriormente, a economia nacional da Polónia já não foi capaz de dar prosseguimento a esta tendência no desenvolvimento. No país acumulou-se um grande número de empresas e outras unidades económicas na fase de construção inacabada. Tendo-se em conta a escassez de investimentos, era necessário decidir a suspensão da construção

de algumas delas. Esta situação dizia respeito a mais de mil casos, em cinquenta dos quais foram feitos grandes investimentos.

A Polónia conseguiu sair em condições honrosas da grave crise que a atingira nos princípios dos anos 80. Foram avançadas para primeiro plano as tarefas relacionadas com a satisfação das principais necessidades da população e com o reforço dos direitos sociais dos trabalhadores. Por razões sócio-políticas, revestiam-se de importância primordial os problemas do abastecimento corrente da população e do restabelecimento das normas socialistas de vida da sociedade.

Foi recuperado o ritmo normal de desenvolvimento económico e social do país, ampliou-se e reforçou-se o carácter colectivo do sistema de gestão, cresceu o papel da aliança do operariado com o campesinato. O Partido Operário Unificado Polaco restabeleceu a unidade ideológica e organizativa das suas fileiras, elevou a sua influência e prestígio na sociedade.

A experiência da Polónia prova que semelhantes erros surgem em consequência das tantativas de acelerar artificialmente a edificação do socialismo. A incoerência entre os ritmos máximos e ideais de crescimento evidenciara-se já antes, mas nos anos 70 ela revestiu-se de um carácter catastrófico na economia da Polónia, acarretando consequências graves. O regime socialista é uma transformação consciente da realidade, é o desvelo não só pelo presente, como também pelo futuro do povo. A Polónia é um país de jovens, sendo bastante elevada a taxa de crescimento da população. Num país como a Polónia, as tentativas de acelerar o desenvolvimento têm tido sempre uma ampla repercussão de apoio, pois correspondem não só aos desejos e às decisões do governo e dos seus órgãos económicos, mas também aos interesses da população. Precisamente por esta razão a política de desenvolvimento acelerado na década de 70, assim como os respectivos planos ambiciosos, gozaram de amplo apoio na sociedade.

A despeito dos erros cometidos, o povo polaco tem todo o direito de se orgulhar dos êxitos alcançados nos anos de poder popular. Nos quatro decénios decorridos sobre o fim da Segunda Guerra Mundial no país operaram-se profundas mudanças sociais, realizou-se o sonho recôndito das forças progressistas do povo polaco sobre as fronteiras estáveis e justas do Estado polaco, sobre a sua independência. Sob a direcção do POUP, o país ressurgiu das cinzas, edificou uma



base industrial moderna, multiplicou o tesouro da cultura nacional.

A Polónia obteve grandes progressos em todos os sectores da economia nacional. O volume de produção industrial cresceu quatro vezes, o rendimento nacional por habitante aumentou sete vezes, foi introduzida na prática social a escolariedade obrigatória gratuita, foram introduzidas diversas regalias sociais a milhões de crianças provenientes de famílias operárias e camponesas. Consolidaram-se as funções do Estado na esfera da previdência social. Um em cada quatro polacos que tenha atingido a maioridade tem instrução geral completa, um milhão e meio de pessoas possuem instrução superior. A esperança média de vida na Polónia cresceu de 50 para 72 anos.

A economia polaca enfrenta hoje as mesmas tarefas que no início da década de 70. São necessárias medidas com vista a uma ampla introdução da automatização, electrónica e biotecnologia não só nos ramos industriais, como também nas esferas não industriais.

Depois de a Polónia ter iniciado a resolução activa dos problemas e dificuldades com que depara, voltaram a manifestar-se gradualmente as tendências para o crescimento económico. Neste contexto, a tarefa-chave do país é consolidar essas tendências. A redução das despesas de produção, a elevação da qualidade dos artigos fabricados, o aumento da economicidade, o crescimento da produtividade individual e colectiva do trabalho — eis as tarefas mais importantes que se põem à economia de Polónia. Nas condições polacas, sob «aceleração» subentende-se não o aumento do volume do rendimento nacional, mas, antes de tudo, a introdução acelerada dos factores de desenvolvimento intensivo na vida, isto é, factores que assegurem a elevação da eficiência da actividade económica.

Esta orientação para a eficiência concretiza-se actualmente numa conjuntura particularmente complexa da dívida externa que totaliza 31 mil milhões de dólares; da política dos Estados capitalistas, que limitam as importações polacas de materiais necessários para o desenvolvimento da economia; do desgaste considerável das máquinas e equipamentos devido à limitação dos investimentos; do baixo crescimento (oito a nove por cento) da importação de matérias-primas e materiais e da redução em cinco por cento (em comparação com o quinquénio anterior) do número de trabalhadores, assim como da diminuição do horário de trabalho. Por isso, para

atingir no período de 1986 a 1990 o acréscimo do rendimento nacional no valor de 16 a 19%, é preciso elevar substancialmente a eficácia de toda a economia nacional.

Até ao ano 2000, o rendimento nacional deverá crescer 75% no mínimo. Tendo em conta as barreiras consideráveis na esfera da ocupação, energia e matérias-primas, para se atingir este nível será necessário elevar a produtividade do trabalho em 65%, no mínimo, e diminuir 30 a 50% o consumo de materiais e energia na produção.

Caso sejam cumpridos esses indicadores do plano de 1986-1990, será possível aumentar o consumo dos produtos alimentares em 12%, dos artigos industriais, em 17%; aumentar as verbas para as necessidades sociais em 43%, construir novos apartamentos 10 a 20% mais do que no quinquénio anterior. A par disso, pretende-se fazer baixar a inflação para menos de 10% até 1990, aumentar o volume de recursos destinados à instrução, ciência e cultura, à melhoria das condições de trabalho e à protecção do meio ambiente.

Para o ano 2000, prevê-se aumentar o consumo individual em 50%, construir cerca de quatro milhões de novos apartamentos, cumprir outras tarefas de importante significado para a vida da sociedade. A realização desses planos depende, em grau considerável, da elevação da eficiência da economia.

A passagem a métodos intensivos da actividade económica — eis a via da aceleração do desenvolvimento económico do país e da consecução dos objectivos traçados. O trabalho organizativo está voltado para a superação dos obstáculos com que se depara nessa via. No centro das atenções encontra-se o trabalhador, o principal artífice do desenvolvimento económico. Revestem-se de importância-chave factores como a atitude honesta para com o trabalho, o cumprimento consciencioso das tarefas laborais, a atitude criadora para com as funções laborais. É por isso sumamente importante concorrer por todos os meios para o desenvolvimento dos talentos e aptidões dos trabalhadores, elevar o seu senso de responsabilidade pelo trabalho que lhes é confiado, educar no sentido de participarem na obtenção de melhores resultados. Todo o sistema de estímulos materiais e incentivos morais, de selecção e distribuição de quadros deverá contribuir para o reforço da atitude criadora para com o trabalho por parte das mais amplas camadas da sociedade, para o fomento da emulação, o aperfeiçoamento da mestria profissional.

A esfera de serviços necessita, este quinquénio, de mais



600 mil trabalhadores, porém, o aumento real da mão-de-obra constitui apenas 340 mil. Daí é preciso aproveitar melhor na economia nacional as reservas laborais disponíveis. A única via da superação da falta da mão-de-obra é a busca de reservas dentro das próprias empresas. Só tomando medidas com vista à economia e poupança de energia, matérias-primas e materiais se pode aumentar a produção industrial em vez e meia. Os esforços para a sua utilização eficaz têm de ser concentrados não só na esfera das mudanças estruturais na produção, como também na racionalização do consumo e na elevação da qualidade dos artigos fabricados. No quadro da reforma económica, foi criado um sistema financeiro que obriga as empresas a tornarem a sua produção mais económica. Este último factor deve tornar-se uma causa de toda a sociedade, é a ela que devem subordinar a sua actividade as empresas de todos os ramos, os órgãos de autogestão e as organizações sócio-políticas.

A ciência e o progresso técnico-científico devem ser força propulsora do desenvolvimento económico do país. Se a Polónia quer recuperar o tempo perdido, tem de acompanhar o passo do actual progresso vertiginoso das tecnologias. Justamente por isso é necessário aproveitar ao máximo a iniciativa e o pensamento criadores, o potencial técnico-científico, introduzir, a ritmos acelerados, as realizações da ciência e da técnica na prática.

De ponto de vista das necessidades da economia nacional são do maior significado as pesquisas e os projectos no domínio da microelectrónica, informática, automatização integral, robotização, biotecnologia e elaboração de novos materiais. Segundo o plano, só no quadro da realização dos programas técnico-científicos de Estado, serão criados, no período de 1985 a 1990, mais de quatro mil máquinas e equipamentos qualitativamente novos, elaboradas ou modernizadas duas mil tecnologias e projectados cerca de 1200 materiais novos.

Tem grande significado para o país a participação da economia polaca na divisão internacional do trabalho, sendo condição indispensável para isso o aumento do volume das exportações polacas. Em conformidade com os planos, elas crescerão, no período de 1986 a 1990, numa média de cinco por cento e o volume de importações, em quatro por cento (em preços fixos). O dinamismo do desenvolvimento deve tornar-se um traço característico antes de mais da indústria transformadora. O país já esgotou as suas possibilidades de

venda de matérias-primas, por isso, o crescimento do volume de produção será assegurado no futuro, segundo se prevê, por meio da sua transformação.

Os programas de cooperação económica e técnico-científica a longo prazo entre os países membros do CAME prevêem um considerável aumento do comércio mútuo, da especialização e cooperação. São de particular alcance para a realização desses programas a cooperação directa entre empresas e colectivos de pesquisas científicas de diversos países, a criação de organizações económicas conjuntas. Isso permitirá planear de modo coordenado o fomento das suas economias e concluir, nessa base, acordos estáveis a longo prazo.

A questão da liquidação da dívida externa da Polónia depende, de certo modo, do desenvolvimento dos seus contactos com Estados capitalistas desenvolvidos. A direcção do partido e o governo da Polónia recusam-se a resolver o problema da amortização da dívida em detrimento do desenvolvimento da sua economia e do nível de vida da população. A Polónia pode obter recursos para o pagamento das suas dívidas só garantindo o crescimento da sua produção e das exportações.

O êxito da intensificação acelerada da economia nacional depende da atitude activa da classe operária polaca para com esta tarefa e do papel organizador do POUP. Desde 1982, são levados à prática os princípios da reforma económica, aprovados no IX Congresso do partido. A essência das mudanças que se operam no sistema económico consiste no reforço do papel da gestão centralizada e planificada com a concessão simultânea da autonomia às empresas, o estímulo da sua iniciativa criadora e a elevação do grau de responsabilidade pelos resultados da produção. Está a ser gradualmente criado um sistema económico que estimula as empresas a trabalharem eficazmente e a adaptarem os métodos do seu trabalho aos objectivos sociais e económicos traçados para o período de 1986 a 1990.

Os mecanismos económicos modernos dão às empresas o direito de resolverem elas próprias os seus problemas económicos e estabelecerem as condições sociais para o seu pessoal. As empresas podem elaborar autonomamente os planos e programas de desenvolvimento, definir o tipo de produção, resolver questões organizativas, utilizar os seus próprios sistemas de estímulos e incentivos, determinar as condições de trabalho, etc. Os direitos de que as empresas polacas agora dispõem podem ser expressos, sob forma concisa, através da fórmula: autonomia, autofinanciamento e autogestão.

O Partido Operário Unificado Polaco está interessado em que a reforma seja materializada de modo coerente e dinâmico, estimulando simultaneamente a iniciativa laboral e o espírito de empreendimento e dando o maior efeito social possível. Pois é justamente da coerência na realização da reforma que dependem os ritmos de desenvolvimento de toda a economia.

A par da reforma económica, foi feita muita coisa no país no sentido do aperfeiçoamento da democracia socialista. O POUP cria condições para que a opinião dos operários e a sua iniciativa se reflictam na actividade do partido. Ele manifesta grandes cuidados por todos os trabalhadores, realçando, ao mesmo tempo, nos seus documentos programáticos, a prioridade dos interesses e necessidades da classe operária. O partido amplia e reforça sistematicamente os seus contactos com as empresas e colectivos de trabalhadores, esforçando-se por conhecer melhor os seus interesses e necessidades, levando em consideração as suas observações críticas e propostas construtivas. Nos últimos anos, muita atençao foi dispensada ao aperfeiçoamento da democracia socialista. E eis que já está na hora de transformar em feitos concretos e práticos tudo o que foi «debatido», «acordado» e «resolvido».

As directrizes do X Congresso do POUP e o programa nele aprovado são a resposta aos problemas do mundo de hoje, às condições económicas alteradas.

A Polónia socialista no limiar do século XXI será como a actual geração a edificará. O POUP apresenta o projecto de edificação de uma Polónia moderna, rica, democrática, justa, Polónia cuja dignidade e grandeza assentam na consciência dos êxitos alcançados, do progresso no desenvolvimento social e cultural, avanço do regime social. O partido está convencido de que o povo polaco poderá vencer, neste caminho, todas as dificuldades que impeçam o seu desenvolvimento, que cumprirá todas as grandiosas tarefas que o presente e o futuro colocam perante ele.

# UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS

*Por Boris Rakitski e Alexandre Bim*

As questões da política social e o desvelo pelo homem estiveram sempre no centro das atenções dos comunistas soviéticos.

Também hoje, a linha do PCUS de aceleração da produção social prevê mudanças qualitativas nas condições de vida e de trabalho dos soviéticos, assim como em toda a esfera social. Pois é precisamente neste domínio que, em última instância, se realizam os objectivos e valores supremos do socialismo, se revelam com particular nitidez as suas vantagens, a natureza humanista que rejeita a desigualdade entre as pessoas. A classe operária tem por missão eliminar a divisão antagónica da sociedade e o estabelecimento de uma sociedade sem classes.

A aproximação e o nivelamento das condições sociais e económicas da vida das pessoas, que se levam a cabo metodicamente no socialismo nada têm a ver com as noções burguesas e pequeno-burguesas (assim como a esquerdista) sobre o comunismo como sociedade em que as capacidades, as necessidades, o modo de vida, as formas de actividade prática das pessoas sejam todas uniformizadas e padronizadas. «...Quando os socialistas falam da igualdade — escreveu V. I. Lénine —, subentendem sempre a igualdade social, a igualdade na posição social e, de maneira alguma, a igualdade das capacidades físicas e espirituais de indivíduos concretos.»[1] A dialéctica é tal que quanto mais se aproximam os estados sócio-económicos das pessoas, tanto maiores e mais reais são as possibilidades para a revelação livre e multifacetada das propriedades individualmente diversificadas e únicas no género de cada personalidade.

[1] V. I. Lénine. Obras Completas, t. 24, p. 364 (Ed. russa).



A função de garantir as consições necessárias e suficientes para a consecução deste objectivo corresponde ao Estado socialista. A Constituição da URSS (Art. 20.º) reza que, em conformidade com os ideais comunistas, «...o livre desenvolvimento de cada um é condição do livre desenvolvimento de todos...», o Estado coloca como seu objectivo a ampliação das possibilidades reais para que os cidadãos apliquem as suas forças criadoras, capacidades e dons para o desenvolvimento multifacetado da personalidade.

O XXVII Congresso do PCUS (1986) formulou as tarefas imediatas, para o período até ao ano 2000, na esfera do desenvolvimento social e da elevação do bem-estar do povo soviético. Elas abrangem todos os aspectos da actividade do homem, dos grupos sociais, do povo em geral, desde a esfera do trabalho e até às preocupações do dia-a-dia. O que foi delineado para os próximos anos assente na análise real do estado dos nossos recursos, planos de desenvolvimento da produção, saúde pública, serviços culturais e educação.

Foram traçadas profundas transformações na esfera decisiva da actividade do homem, a esfera do trabalho. Têm-se em vista a melhoria das suas condições sócio-económicas e produtivas, o aprofundamento do seu carácter criador, a redução, por todos os meios, da taxa de trabalho manual, de baixa qualificação e pesado. Ou mais concretamente, nos anos 80 e 90, a todos os soviéticos que desejarem trabalhar será, como dantes, garantido o número suficiente de postos de trabalho, criar-se-ão condições cada vez mais favoráveis para a obtenção de uma profissão e qualificação, para a reciclagem e mudança de profissão e de local de trabalho. Serão, como dantes, bastante actuais as questões da educação das pessoas no espírito de atitude respeituosa para com qualquer profissão, questões da regulação da duração e do regime do tempo útil, etc. Séria atenção será dispensada à assistência médica e ao controlo profiláctico do estado de saúde dos trabalhadores nas empresas, à alimentação e ao descanso durante os intervalos entre os turnos de trabalho, etc.

A reconstrução técnica da economia nacional, nomeadamente sob as suas formas mais prometedoras como a mecanização, computarização e robotização da produção, reduzirá acentuadamente, já pelo ano 1990, a parte dos trabalhadores ocupados nas operações braçais e, pelo ano 2000, diminuirá esta taxa na esfera produtiva para 15 a 20%, libertando assim milhões de pessoas das operações manuais e de baixa qualificação. Isto é particularmente importante em

virtude de que no país quase 35% dos operários industriais e 56,4% da construção civil estão ainda ocupados na esfera de operações braçais. À escala de toda a economia nacional, por volta de 50 milhões de pessoas executam trabalhos manuais.

Será particularidade importante do próximo período uma melhoria considerável do aproveitamento dos quadros de técnicos e engenheiros, a elevação do prestígio e o enriquecimento do conteúdo do trabalho dos engenheiros. Neste sentido, durante vários anos foram cometidas falhas bastante sérias na URSS. Assim, nos últimos 10 anos, os ritmos de crescimento do salário dos engenheiros eram aproximadamente duas vezes inferiores aos dos operários: parte dos engenheiros exerciam cargos que não requeriam instrução superior especializada, isto é, não estavam em condições de realizar na íntegra o seu potencial criador. Ao mesmo tempo, alguns cargos de especialistas e dirigentes eram ocupados por pessoas sem a respectiva preparação universitária. Está previsto resolver essas questões no quadro da reestruturação, já iniciada, do sistema de instrução superior e média especializada, do aperfeiçoamento do sistema de organização e remuneração do trabalho dos especialistas diplomados.

Em conformidade com as resoluções do XXVII Congresso do PCUS, o crescimento do salário mensal médio dos operários e empregados no período de 1986 a 1990 constituirá 13 a 15%; dos kolkhozianos, 18-20%.

O congresso avançou a tarefa de elevação da eficácia do sistema de remuneração do trabalho de modo a que os salários correspondam realmente à contribuição laboral de cada trabalhador; propôs superar decisivamente quaisquer elementos do igualitarismo e reforçar a responsabilidade material e moral pelos defeitos e falhas no trabalho. A novidade radical no aperfeiçoamento da distribuição dos bens em conformidade com o trabalho será, no quinquénio actual e também numa perspectiva mais distante, a elevação das remunerações e salários nas esferas produtivas da economia nacional não só (futuramente cada vez menos) por conta dos recursos do Orçamento de Estado, como se tem feito até ao momento, mas também por conta dos recursos das próprias empresas. Isso faz-se para vencer as tendências parasitárias e aumentar acentuadamente o interesse e a responsabilidade quer de trabalhadores isolados, quer dos colectivos laborais.

A organização socialista planeada do trabalho e a remuneração do trabalho justa, a melhoria constante das suas condições conduzem logicamente à de satisfação das pessoas,



com o trabalho, a uma formação gradual, nesta base, de uma atitude altamente consciente para com o trabalho, adequada aos princípios e traços característicos do socialismo.

O XXVII Congresso do PCUS delineou a elevação, nos próximos 15 anos, do bem-estar do povo a um degrau qualitativamente novo.

«Nos próximos quinze anos prevê-se duplicar o volume de recursos canalizados para a melhoria das condições de vida. Aumentar 1,6-1,8 vezes as receitas reais per capita.»

A elevação do nível de vida do povo soviético efectua-se, por tradição, a ritmos bastante elevados. Isso depreende-se da dinâmica do indicador generalizador do bem-estar, as receitas reais da população.

**Crescimento das receitas reais por quinquénios (%)**

| | 1966-1970 | 1971-1975 | 1976-1980 | 1981-1985 |
|---|---|---|---|---|
| Receitas reais por habitante | 133 | 124 | 118 | 111 |
| Receitas reais dos operários e empregados por cada trabalhador | 125 | 119 | 115 | 112 |
| Receitas reais dos camponeses kolkhozianos por cada trabalhador agrícola | 143 | 124 | 119 | 116 |

As receitas das famílias com posses baixas aumentavam a ritmos mais elevados em comparação com as da população no seu conjunto. Em 1970, 18% de população tinha rendimentos superiores a 100 rublos mensais por cada membro da família; já em 1985, mais de 60% da população.

As receitas reais dos operários e empregados, por cada trabalhador, aumentaram em 1985, contra 1940, 4,5 vezes; as receitas reais dos camponeses kolkhozianos, oito vezes. Os níveis das receitas reais dos camponeses, operários e empregados aproximaram-se substancialmente: em 1960, a correlação era de 70%; em 1970, 80%, em 1985, mais de 90%.

Os dados citados provam que nos últimos três quinquénios os ritmos de crescimento das receitas reais tanto da população em geral como de cada um dos principais grupos sociais tendiam a diminuir. Esta tendência desfavorável e a tarefa fundamentel, formulada pelo PCUS, da aceleração do desenvolvimento sócio-económico dizem em plena medida respeito também aos ritmos de crescimento das

receitas reais. No entanto, não podemos deixar de salientar que, mesmo nas condições de uma certa diminuição dos ritmos, o aumento absoluto das receitas reais crescia de quinquénio para quinquénio.

A satisfação completa da procura das mercadorias e dos serviços pela população está intimamente ligada à elevação das suas receitas reais. Nem tudo neste sentido se encontrava em ordem nos anos 70 e na primeira metade da década de 80. Aliás, agora a situação neste domínio está longe de ser satisfatória. A qualidade e, numa série de grupos de bens de consumo, como também a quantidade dos objectos de consumo e serviços nem sempre correspondiam às necessidades e possibilidades aquisitivas, em crescimento permanente, dos consumidores. Como resultado, formou-se e ganhou proporções a chamada procura insatisfeita, quer dizer, parte das receitas correntes e poupanças pecuniárias da população que os cidadãos não podiam (ou podiam com muita dificuldade) realizar por meio de troca por mercadorias e serviços. Isso impedia o aumento do papel estimulante da remuneração do trabalho: se as receitas não podem ser completamente transformadas em bens de consumo, para quê, então, esforçar-se por elevar os salários, gastando nisso mais forças e energias? Esses motivos da conduta social não adquiriram, naturalmente, proporções em massa, mas seria incorrecto não reparar neles.

O PCUS e o governo soviético, depois de terem analisado circunstanciadamente a situação formada nos princípios dos anos 80, consideraram útil elaborar e aprovar decisões de longo alcance voltadas para uma satisfação mais plena da procura e das necessidades da população.

Em 1982, foi adoptado o Programa Alimentar da URSS, chamado a melhorar radicalmente o abastecimento da população em produtos alimentares, e da indústria, com matérias-primas. Em 1985, o Programa Alimentar teve um poderoso reforço organizativo e económico: foi criado um único conjunto agro-industrial e um novo mecanismo de planificação, financiamento e regulação da actividade dos seus componentes a todos os níveis.

Em 1984, foi adoptado o Programa Integral de fomento da produção das mercadorias de amplo consumo e da esfera de serviços com a perspectiva até ao ano 2000. O programa contém todo um sistema de medidas e actividades com vista ao aumento da produção e à melhoria da qualidade de todos os tipos das mercadorias não alimentares, desde o vestuário e



calçado até aos artigos tecnicamente complexos de uso duradouro, assim como de todo o conjunto dos serviços à população. Estão previstas a ampliação da autonomia das empresas, a orientação da sua actividade económica para o cumprimento das encomendas da rede comercial, estímulos pela alta qualidade e a observância dos prazos de fornecimento estipulados pelos planos, tal como sanções pelo não cumprimento das exigências apresentadas à qualidade das mercadorias e às condições contratuais.

O governo da URSS aprovou a deliberação «Sobre o desenvolvimento ulterior do comércio através de firmas no sistema dos ministérios industriais». Tem-se em vista a implantação de uma vasta rede de firmas comerciais com os seus estabelecimentos (isto é, das que funcionam directamente no quadro organizativo das firmas industriais, produtoras de mercadorias) com vista à venda de automóveis, televisores, aparelhagens rádio-electrónicas, frigoríficos, equipamentos técnico-sanitários, materiais de construção e acabamentos, mobílias, artigos novos da indústria ligeira que estão na moda e outros. A principal missão dessas firmas comerciais consiste em eliminar as barreiras desnecessárias existentes entre o produtor e o consumidor, o estudo e a formação da procura por parte da população, uma influência activa, nesta base, sobre os planos de produção, a garantia de um elevado nível de cultura no atendimento aos consumidores.

Este conjunto de medidas deverá assegurar a resolução coerente de uma importantíssima tarefa social, a satisfação da procura e das necessidades dos cidadãos da URSS.

A melhoria das condições habitacionais dos soviéticos é também uma das tarefas básicas da esfera social. Foi formulado um grande objectivo social: garantir a cada família soviética, até ao ano 2000, um apartamento isolado ou casa própria. Para isso, só no quinquénio em curso (1986-1990), serão construídas habitações com a área total de 595 milhões de metros quadrados.

São enormes as proporções da construção habitacional na URSS. Em todos os anos do Poder Soviético, foram construídos 4060 milhões de metros quadrados de área habitável, nomeadamente 2489 milhões de metros quadrados pelas empresas estatais e cooperativas de construção e cooperativas habitacionais; 1479 milhões de metros quadrados, pela população por conta própria e com base em créditos do Estado. Dos já mencionados 4060 milhões de metros quadrados, mais de 1624 milhões foram entregues aos inquilinos no

período de 1971 a 1985. São 157 milhões de pessoas que neste período receberam apartamentos do Estado ou construíram-nos com recursos próprios. Actualmente, mais de 80% dos habitantes urbanos vivem em apartamentos isolados. No entanto, parte considerável dos cidadãos estão insatisfeitos com as suas condições habitacionais. Por conseguinte, há muita coisa a fazer neste domínio.

No período de 1986 a 2000, as proporções da construção habitacional alargar-se-ão. Prosseguirá o trabalho com vista ao aperfeiçoamento das plantas das casas e apartamentos, elevação da qualidade dos acabamentos, indicadores esses, por enquanto, nem sempre satisfatórios. A construção civil e residencial nas cidades e outros pontos populacionais será efectuada de modo mais integral: os microbairros serão habitados só depois neles entrarem em funcionamento todas as infra-estruturas sociais e culturais e os serviços municipalizados indispensáveis.

O humanismo da política social, delineada para os próximos quinze anos, traduz-se na palavra de ordem proclamada pelo partido: para cada pessoa, bem como para a sociedade, não existe valor mais alto do que a saúde. A protecção e o fortalecimento da saúde das pessoas são uma causa primordial. É significativo que o PCUS exorte a resolver os problemas da saúde pública não só do ponto de vista meramente médio, mas também a partir de amplas posições sociais: as condições de trabalho e de vida, o nível de bem-estar, o modo de vida das pessoas — tudo isso determina, em grau considerável, a saúde física e espiritual dos membros da sociedade.

Tiveram sério significado para a protecção da saúde da sociedade e do homem as medidas resolutas, adoptadas em 1985, com vista ao combate à embriaguez e ao alcoolismo. Num curto período de tempo, a superação de hábitos e costumes nocivos formados ao longo de séculos deu frutos bem palpáveis. Prossegue, o trabalho persistente neste campo.

Os aspectos médicos e recreativos deste problema também se mantêm, naturalmente, em vigor. A URSS alcançou consideráveis êxitos na via da resolução dos problemas da assistência médica e da organização do descanso da população. O número de camas hospitalares para cada dez mil habitantes constitui actualmente 130, ou seja, 20% mais do que em 1970. Há já muito que foram liquidadas no país doenças infecciosas como a peste, varíola, tifo que, no passado, acarretavam grandes desgraças. Presentemente, ocorrem



só casos isolados de malária, poliomielite, difteria e outras enfermidades infecciosas que, por enquanto, são bastante frequentes em países da Ásia, África e América Latina. Ao mesmo tempo, é ainda elevada na URSS a taxa de incidências de gripe e constipações.

As direcções principais do desenvolvimento económico e social do país no período até ao ano 2000 prevêem o desenvolvimento progressivo da rede nacional de estabelecimentos de tratamento e profilaxia, especialmente através da construção de hospitais e policlínicas tanto poli- como mono-especializados. Serão reconstruídos muitos dos estabelecimentos médicos existentes. Melhorará o abastecimento com medicamentos e o apetrechamento desses estabelecimentos com equipamentos de tratamento e diagnóstico modernos. Recentemente, foram aumentados os salários dos médicos diplomados, assim como do pessoal para-médico auxiliar. Séria atenção é atribuída ao crescimento do número desses trabalhadores nos hospitais e policlínicas, ao reforço do seu papel e à elevação do grau da sua responsabilidade pelo tratamento e a recuperação da saúde das pessoas.

Com base no desenvolvimento da rede de estabelecimentos médicos, do aumento da sua capacidade, da melhoria substancial da qualidade da assistência médica, reforçar-se-á a orientação profiláctica da saúde pública soviética.

Na URSS, está em alargamento permanente o sistema de descanso organizado dos trabalhadores e membros das suas famílias. Cerca de 70 milhões de soviéticos usufruem anualmente de todos os tipos de descanso (pensões, casas de repouso, sanatórios). Mais de 30 milhões de crianças e adolescentes passam as suas férias de Verão em acampamentos de pioneiros e outros estabelecimentos de veraneio. Assinale-se a este propósito que os seus pais não pagam nada (neste caso são os sindicatos que arcam na íntegra com as despesas) ou pagam somas simbólicas.

Está previsto um maior desenvolvimento dos estabelecimentos sanatoriais e balneares, designadamente das casas de repouso e sanatórios para famílias com filhos.

O desenvolvimento social do país e o crescimento do bem-estar das pessoas efectuam-se, como já se disse, no sentido da consecução coerente da igualdade sócio-económica geral. Por isso, é natural que, elaborando os programas sociais, o partido e o Estado tenham como base as especificidades dos diversos grupos existentes na sociedade soviética. Essas

diferenças são eliminadas gradualmente, à medida que se alcança cada novo degrau de igualdade.

Actualmente, a estrutura da sociedade soviética é bastante homogênea. Pode-se considerar que a situação da classe operária e do campesinato kolkhoziano praticamente se igualou, apesar de ainda nos anos 60 e na primeira metade da década de 70 serem diferentes quanto a uma série de parâmetros. Está a ser superada com êxito, nomeadamente devido a medidas tomadas nos últimos anos, a diferença nas condições de trabalho, de vida e de descanso, por enquanto existente na situação da população urbana e rural.

Nestas condições, o programa social para o período até ao ano 2000 dá especial atenção a diferenças sócio-económicas de outro género. Trata-se mais das diferenças do plano dito familiar. O XXVII Congresso do PCUS enfatizou particularmente dois grupos de problemas. O primeiro diz respeito ao reforço da família, a cuidados especiais para com as famílias recém-constituídas; à criação de condições de trabalho e de vida para as mulheres, que lhes permitam combinar a maternidade com a participação activa na actividade laboral e social. O segundo refere-se ao desvelo pela geração mais velha, designadamente, à mobilização de todas as possibilidades disponíveis com vista a fazer com que o bem-estar material dos reformados cresça paralelamente com o aumento da riqueza social.

É natural que no país tenha sido feita bastante coisa em ambas as direcções. A ajuda estatal às famílias e a previdência social para as pessoas inaptas ao trabalho são as duas funções mais importantes dos fundos sociais de consumo no socialismo. A parte esmagadora desses fundos é destinada exactamente à satisfação das necessidades sociais das famílias e a manutenção material das pessoas da terceira idade e inválidas. Nos últimos 25 anos, os fundos sociais de consumo aumentaram mais de cinco vezes, nomeadamente no período de 1981 a 1985 em 25%.

Só no mesmo período, na esfera da ajuda estatal às famílias com filhos, foram levadas a cabo iniciativas bastante importantes como a introdução para as mulheres trabalhadoras de férias parcialmente remuneradas para poderem cuidar dos seus filhos recém-nascidos até completarem um ano de idade, com o prolongamento da duração dessas férias por mais meio ano (se a mulher o desejar) já sem qualquer remuneração garantida, porém, reservando-se o posto de trabalho; o aumento considerável do valor do subsídio pago de uma vez aquando do nascimento do primeiro, segundo e terceiro filhos; o aumento do valor dos subsídios pagos pelo Estado às mães solteiras, a introdução, para algumas categorias de trabalhadoras com dois e mais filhos até aos 12 anos de idade, de três dias de folga remuneradas suplementares por ano, etc.

A manutenção de uma criança na creche durante um ano custa 600 rublos; no jardim de infância, 500 rublos. Contudo, o Estado arca com 80% dessas despesas.

O PCUS e o governo soviético prevêem um aumento ainda maior da eficiência da assistência social. Já nos próximos anos, será satisfeita na totalidade a procura da população quanto aos estabelecimentos pré-escolares, nos quais, por enquanto, há falta de vagas. As férias de pós-parto parcialmente remuneradas serão prolongadas até que a criança cumpra ano e meio de idade e por mais meio ano as férias não remuneradas com a conservação simultânea do posto de trabalho da mulher. Desde 1987, aumentou o número de dias por ano em que a mulher pode permanecer em casa a tomar conta do filho adoecido, recebendo, ao mesmo tempo, o seu salário na íntegra.

Um dos problemas centrais das jovens famílias é, naturalmente, a habitação. Como regra, têm de ficar à espera de um novo apartamento individual durante vários anos, o que, com frequência, se reflecte de modo negativo nas relações dentro da família e impede que os cônjuges tenham os filhos que desejam. Por esta razão, no actual quinquénio (1986-1990), tal como nos seguintes, o Estado tenciona ampliar as possibilidades de obtenção, por jovens famílias, de casas próprias, nomeadamente facilitando a sua entrada nas cooperativas de construção habitacional, ampliando a prática de construção de microbairros juvenis inteiros que, em grande medida, serão obra dos próprios jovens.

O sistema de previdência social às pessoas idosas e inválidas na URSS é um dos mais evoluídos no mundo. E isso é compreensível: o socialismo, devido à sua natueza, não deve ser indiferente para com os destinos das pessoas que dedicaram os seus trabalhos e os melhores anos à sua construção. Em todos os casos da perda da capacidade de trabalho ou da fonte de subsistência por razões objectivas, quer idade, quer doença, as pessoas podem ter certeza de que receberão pensões ou subsídios. O sistema soviético de previdência social é gratuito para toda a população: os trabalhadores não pagam nenhumas contribuições ou cotações para a formação

dos respectivos fundos. É a sociedade que arca com todas essas despesas. Aliás, a manutenção material de 55,7 milhões de reformados (tal era, o número de pessoas desta categoria na URSS em 1986) custa 45 mil milhões de rublos ao Estado.

Naturalmente, também nesta esfera há certos problemas. Um dos mais sérios é a organização da manutenção dos reformados que, por razões físicas, já não estão em condições de, por exemplo, ir às compras, à lavandaria, fazer reparações em casa, etc. Não são poucas essas pessoas, se não têm parentes que morem perto, podem ver-se em situações dramáticas. Num futuro próximo, está previsto criar formas especializadas de prestação de serviços imediatos às pessoas idosas e inválidas. Já se dão os primeiros passos neste sentido.

Já é tempo de rever as normas de correlação das pensões e dos salários, com base nos quais as primeiras se formam. A primeira tarefa neste sentido é garantir que a pensão seja suficiente para o reformado poder satisfazer as suas necessidades comuns; a segunda é manter as pensões, em geral, a um nível que permita evitar a sua desvalorização devido à dinâmica das receitas do grosso da população e dos preços a retalho.

Para a resolução da segunda tarefa tem particular importância a elevação do valor das pensões: na maioria dos casos, subiram consideravelmente (20-30 rublos). Ao todo, foram aumentadas as pensões de reforma a 7,5 milhões de ex-operários e ex-empregados, o que se deve considerar como elevação substancial do nível geral da assistência material na velhice.

Doravante, semelhantes actividades de elevação das antigas pensões serão efectuadas sistematicamente, inclusivamente de dois em dois anos a todas as pessoas que já foram atingidos por esta campanha. É uma prova eloquente da linha para a elevação contínua do bem-estar dos reformados paralelamente ao crescimento da riqueza social. Mantêm-se em vigor, nos marcos desta política, também as medidas tradicionais voltadas para a subida dos valores mínimos de pensäo.

Nos próximos anos prevê-se tomar medidas suplementares, através dos órgãos estatais e organizações sociais, para ajudar os veteranos do trabalho a participarem mais activamente na vida sócio-política, a transmitirem a sua rica experiência de vida e laboral à nova geração. Trata-se de uma tarefa social particularmente importante.

Agindo de acordo com o seu programa, o PCUS fez com que fosse reforçada a orientação social do plano estatal para o período de 1986 a 1990. As proporções de desenvolvimento da economia nacional em geral e de cada ramo em particular, correspondem hoje mais do que nunca aos objectivos do progresso social (basta dizer que se prevê canalizar cerca de 80% do rendimento nacional para a elevação do bem-estar do povo), à elevação do nível de vida material e cultural das mais amplas camadas da sociedade soviética, à melhoria das condições que permitam a cada trabalhador revelar na íntegra as suas capacidades criadoras.

Tudo isso prova uma vez mais e de modo convincente a inconsistência das conclusões dos adversários ideológicos do socialismo no sentido de que a política social do socialismo está, supostamente, orientada de modo débil para a elevação do bem-estar do povo.

Nenhum outro regime social, a não ser o socialista, nunca conheceu nem conhece semelhante profundeza das transformações sociais, semelhante desvelo, cada vez maior, pelas necessidades tanto materiais como espirituais do indivíduo visando o desenvolvimento harmonioso e pleno da sua personalidade. É exactamente isso em que consiste a concretização da autêntica justiça social, da distribuição socialista dos bens da vida. É, numa palavra, o socialismo na prática.

# REPÚBLICA SOCIALISTA DA CHECOSLOVÁQUIA

*Por František Vencovský*

A estrutura da economia checoslovaca, que se formou nas décadas de 50 e 60, caracterizava-se por uma forte dependência da formação do rendimento nacional em relação ao crescimento do consumo dos combustíveis, energia e matérias-primas. O processo de reprodução não correspondia ao rápido progresso técnico-científico no mundo, não satisfazia as necessidades condicionadas pela edificação da sociedade socialista desenvolvida nem as tarefas do processo, em aprofundamento constante, de integração económica socialista internacional.

Nos princípios da década de 70, a Checoslováquia entrou numa etapa qualitativamente nova da era de edificação socialista. No XIV Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia, em 1971, foi formulada a linha mestra da edificação da sociedade socialista desenvolvida. Foram propostas a elevação da eficácia do fomento da economia nacional e, antes de tudo, da produtividade do trabalho social, a redução do consumo de materiais e energia na produção com a introdução paralela, em ampla escala, das realizações do progresso técnico-científico, dos métodos eficazes de gestão e das formas superiores da integração socialista internacional. Deste modo, à economia checoslovaca foram colocadas tarefas qualitativamente novas, cuja complexidade e responsabilidade aumentavam ainda mais devido ao facto de, nessa altura, as fontes de crescimento extensivo terem sido praticamente esgotadas. Também para o processo de integração dos países membros do CAME começava uma nova etapa e o desenvolvimento da economia mundial caracterizava-se, em termos gerais, por uma ampla penetração da revolução técnico-científico na produção. Nessas condições, uma nova concepção de política económica adquiria um carácter de necessidade objectiva.



Os seus resultados fizeram-se sentir logo nos primeiros anos de realização do novo programa. Cresceu imenso o potencial económico do país, subiu consideravelmente o seu rendimento nacional, começaram a ser utilizados mais economicamente os recursos materiais e de matérias-primas, elevou-se o nível de vida da população, reforçaram-se as garantias sociais para os cidadãos.

Em 1985, o rendimento nacional ultrapassou o nível de 1970 em 81%, a produtividade do trabalho cresceu 70%. Importante papel neste processo foi desempenhado, antes de mais, pelas indústrias, cujo volume de produção cresceu 97%, constituindo hoje por volta de 70% do produto social.

Os resultados alcançados no fomento da economia checoslovaca no período de 1970 a 1985 e, antes de tudo, o dinamismo de formação do rendimento nacional serviram de base para a consecução do principal objectivo da política económica e social do Partido Comunista da Checoslováquia: a elevação incessante do nível de vida do povo, o reforço das suas conquistas sociais. Este objectivo foi atingido, apesar de no limiar dos anos 70 e 80 terem piorado substancialmente as condições económicas externas, o que levou, por um lado, à necessidade de adaptar a estrutura de produção a essas novas condições e, por outro, à de rever de modo sensato as proporções no aproveitamento das reservas acumuladas.

No período de 1970 a 1985, havendo plena ocupação, o consumo individual cresceu 41%. Segundo o nível de vida alcançado, a Checoslováquia figura entre os países mais desenvolvidos da Europa.

As receitas pecuniárias da população constituem a principal fonte de crescimento do nível de vida. O salário mensal médio aumentou 53,2%, constituindo 2882 coroas em 1985. No mesmo período, o valor médio das pensões de velhice aumentaram 56,3%, tendo alcançado 1350 coroas por mês.

A política de preços é alvo de regulação coerente. As mudanças no custo dos produtos, particularmente sob a influência das alterações que se operam nos preços mundiais e que, naturalmente, se reflectem nos das importações checoslovacas, atingem os preços a retalho sob a forma de correcções efectuadas de uma vez. No período de 1970 a 1985, o índice de preços subiu só 20,3%, isto é, numa média anual de 1,2%, o que contrasta com a inflação galopante nos países capitalistas. A subida dos preços através de medidas tomadas também de uma vez e que dizem respeito sempre a uma determinada categoria de mercadorias é, em grau considerável, compensa-

da pela elevação das receitas sociais e salários de certos grupos de trabalhadores. Não obstante a subida dos preços, as receitas reais da população cresceram em mais do dobro.

O consumo através dos fundos socias é a segunda fonte importante de elevação do nível de vida. Trata-se, antes de tudo, da satisfação das necessidades que dizem respeito à saúde pública, instrução, condições habitacionais, cultura, desporto, etc. O crescimento das despesas financiadas dos fundos sociais tornou-se não só parte inalienável da prática de elevação do nível de vida, como também uma base bem real das garantias sociais dos trabalhadores.

Para exemplificar o elevado nível de consumo dos principais géneros alimentícios e de apetrechamento das economias domésticas na Checoslováquia, citemos alguns dados estatísticos.

| | Consumo de géneros por habitante | |
|---|---|---|
| | 1970 | 1985 |
| Carne | 71,9 kg | 86 kg |
| Ovos | 277 | 338 |
| Açúcar | 37,7 kg | 38 kg |
| Legumes | 76,3 kg | 77 kg |
| Frutas | 46,6 kg | 57,5 kg |

**Apetrechamento das economias domésticas (por cem famílias),** 1985

| | |
|---|---|
| Máquinas de lavar entre elas: | 145 |
| automáticas | 45 |
| Frigoríficos e arcas frigoríficas | 115 |
| Televisores | 125 |
| Automóveis ligeiros | 49 |

Considerável passo foi dado na resolução do **problema habitacional.** No período de 1970 a 1985, foram construídos 1 751 000 apartamentos, nos quais vive presentemente por volta de um terço da população. Os apartamentos de primeira e segunda categorias, quer dizer, os que têm todas as comodidades modernas e aquecimento central, constituem já mais de 75% de todo o fundo habitacional.

Em conformidade com as prioridades da política social, crescem as verbas destinadas ao desenvolvimento da saúde pública. Em 1985, havia um médico para cada 280 pessoas,



contra 432 em 1970; para cada mil habitantes há 12,6 camas hospitalares, 18,7% de todas as crianças em idade pre-escolar frequentam jardins de infância. Crescem as despesas do Estado com medicamentos, tendo constituído em 1985 132 coroas por habitante. A assistência médica é gratuita. Graças à elevação do nível do trabalho profiláctico no seio da população, foi possível liquidar por completo algumas enfermidades sérias como, por exemplo, o sarampo, difteria, poliomielite, tuberculose, etc.

Está a ser gradualmente levado à prática o programa íntegro de fomento do sistema de instrução e educação. Foi introduzida a escolaridade obrigatória (de dez anos). Aumenta o número de alunos de estabelecimentos de ensino superior e médio. Em cada mil trabalhadores da economia nacional 72 possuem instrução superior e 197, média. O Estado arca com todas as despesas neste domínio. Além disso, muitos estudantes recebem bolsas de estudo: com base no rendimento escolar ou por razões sociais.

A cultura socialista atingiu um elevado nível e desempenha um papel cada vez mais importante, determinando o lazer dos trabalhadores, influindo na sua actividade criadora. Para o fomento da cultura, o Estado atribui somas consideráveis dos seus fundos sociais. Em 1985, por exemplo, na Checoslováquia havia 82 teatros permanentes que foram frequentados, durante o mesmo ano, por cerca de nove milhões de pessoas. Convém assinalar que por cada bilhete de teatro o Estado paga 85 coroas de subvenção, enquanto os trabalhadores o compram por uma média de 14 coroas. No país, funcionam 2818 salas de cinema. O Estado financia o funcionamento das bibliotecas e estabelecimentos de educação física e desporto.

As Direcções fundamentais do desenvolvimento económico e social da Checoslováquia para o período de 1986 a 1990 e até ao ano 2000, examinadas e aprovadas pelo XVII Congresso do PCCh em Março de 1986, assentam nos resultados positivos alcançados no período anterior. Este documento é um programa de larga envergadura destinado a garantir a elevação progressiva do nível de vida material e espiritual do povo, assim como o crescimento incessante do potencial económico do país.

A aceleração do desenvolvimento sócio-económico e a obtenção de um estado qualitativamente novo de todo o processo de reprodução constitui o objectivo estratégico da política económica do país no período até ao ano 2000.

A perspectiva traçada para quinze anos deve-se à complexidade das tarefas que se põem à economia checoslovaca e cuja resolução ultrapassa os limites de um ou dois quinquénios. Esta perspectiva permite aproveitar em plena medida os mais importantes factores da etapa actual, etapa de revolução técnico-científica, levar-se em linha de conta os prognósticos de alteração da conjuntura económica interna e externa, marcando-se, assim, metas seguras para a gestão da economia.

Há que resolver a seguinte questão-chave: determinar os ritmos do crescimento económico para se conseguir acelerar o desenvolvimento em comparação com o período anterior e garantir uma elevação mais rápida do nível de vida e o aumento do potencial económico do país, assegurando, ao mesmo tempo, que sejam realistas e correspondam às novas condições económicas.

Por conseguinte, a determinação dos ritmos do crescimento económico afigura-se na qualidade de uma das mais importantes questões da política económica na fase inicial dos trabalhos com vista à elaboração do plano. Com base na análise das possibilidades e necessidades do desenvolvimento da sociedade, foi avançada a tarefa de se conseguir, até ao ano 2000 um aumento do rendimento nacional em mais de dois terços, prevendo-se o aumento, só no oitavo quinquénio (1986-1990), de 18 a 19%, isto é, numa média anual de 3,5%. Isso permitirá superar a redução temporária dos ritmos de crescimento económico, patente no início dos anos 80, e garantir uma dinâmica de formação de fontes indispensáveis para:

— o crescimento do consumo individual até ao ano 2000, no mínimo, para o dobro, nomeadamente no oitavo quinquénio, em 11,6%;

— o cumprimento auspicioso das tarefas de longo alcance com vista ao reapetrechamento técnico, reconstrução e alteração da estrutura da base produtiva;

— a criação dos recursos necessários ao reforço da capacidade defensiva do país.

No período de 1986 a 1990, o aumento anual médio do rendimento nacional no valor de 3,5% será garantido exclusivamente mediante um melhor aproveitamento das fontes de energia e materiais. Não se prevê (com raras excepções, como no caso do gás natural) aumentar, nos próximos anos, o volume de energia e matérias-primas de que hoje dispomos. Por conseguinte, a formação do rendimento nacional adquire



um carácter qualitativamente novo, diferente do que era inerente ao desenvolvimento económico do período anterior. Cumpre assinalar que esta via é seguida por todos os países membros do CAME. Foi traçada nas resoluções da Cimeira Económica dos países membros do CAME efectuada em Junho de 1984, assim como no Programa Integral de Progresso Técnico-Científico dos países membros do CAME até ao ano 2000, adoptado em Dezembro de 1985.

Dos resultados do fomento da economia nacional dependerá a subida do nível de vida do povo, a ampliação progressiva das conquistas sociais dos trabalhadores. Todos os esforços se envidam para a concretização coerente do princípio, segundo o qual o trabalho honesto serve de única fonte tanto de criação dos valores materiais e espirituais da sociedade, como do nível de vida de cada trabalhador. Em conformidade com este princípio, as principais direcções do crescimento do nível de vida, nos próximos anos, prevêem a realização, antes de tudo, de medidas que, mantendo-se a plena ocupação, sejam capazes de contribuir para uma ligação mais estreita entre os interesses de cada membro da sociedade e os da sociedade no seu conjunto.

Em conformidade com isso, reforçar-se-á a dependência do consumo material individual da contribuição laboral individual para o bem-estar da sociedade. Por isso, as receitas laborais serão a base do crescimento do nível de vida. No período de 1986 a 1990, o salário real médio crescerá seis por cento, factor graças ao qual o consumo individual aumentará, em comparação com o quinquénio anterior, a ritmos, no mínimo, duas vezes mais altos. O aumento do salário, no entanto, não será nem pode ser igual em todos os ramos. Crescerão a ritmos superiores aos médios os rendimentos nos ramos que determinam o progresso técnico-científico e cujo desenvolvimento dá um maior contributo para a intensificação da economia nacional. O crescimento do salário estimulará ainda o desenvolvimento de alguns tipos atrasados de serviços e comércio.

Estes são os aspectos básicos que determinarão a subida salarial nos próximos quinquénios. Já no oitavo quinquénio (1986-1990), leva-se a cabo a ritmos acelerados um conjunto de medidas voltadas para garantir uma melhor correspondência entre o nível salarial e os resultados laborais e económicos. Cresce especialmente o papel dos prémios de modo a concentrar mais atenção na elevação do nível de qualidade, eficácia e economicidade dos artigos fabricados e

serviços prestados. Na remuneração do trabalho, reforçam-se os aspectos da avaliação a longo prazo da produtividade e qualidade e, no caso dos dirigentes, antes do mais, da sua atitude criadora para com os assuntos que lhes são confiados. Ampliam-se os poderes, eleva-se a responsabilidade das empresas pela qualidade das normas, a orientação eficaz das formas de estímulo material pelos aspectos decisivos, ou seja, qualitativos do desenvolvimento da economia.

Só assim se pode garantir uma estreita ligação entre o crescimento do salário e a produtividade do trabalho, a qual é a principal condição do equilíbrio do mercado interno: o poder aquisitivo da população deve corresponder ao nível e a estrutura do sortimento das mercadorias e serviços, enquanto as receitas monetárias da população devem realizar-se constantemente e nas proporções necessárias.

Com base no crescimento anterior do consumo individual e nos planos de subida progressiva do nível de vida da população está programado para o oitavo quinquénio o crescimento das receitas pecuniárias dos trabalhadores em 14,6%, que, deste modo, em 1990 deverão atingir a meta de 477 mil milhões de coroas. Na parte decisiva das receitas monetárias, ou seja, no salário, o principal objectivo é satisfazer as necessidades básicas referentes aos estímulos materiais determinados pelo crescimento da qualidade do trabalho e pela diferenciação do salário. As receitas provenientes do salário atingirão em 1990 289 mil milhões de coroas, isto é, aumentarão 11,6% no oitavo quinquénio. Isso criará possibilidades suficientes para, em comparação com o sétimo quinquénio, alterar radicalmente os ritmos de crescimento do salário real, atingindo os seis por cento já referidos em vez de 0,6% no sétimo quinquénio.

O aumento das receitas pecuniárias no valor de 61 mil milhões de coroas é uma tarefa particularmente importante e nada fácil do ponto de vista da garantia da respectiva estrutura dos gastos da população. O elevado nível alcançado de consumo material e de conquistas sociais leva objectivamente a mudanças qualitativas na estrutura de consumo. Por essa razão, prevê-se a ampliação do consumo, em primeiro lugar, das mercadorias de uso duradouro, mercadorias de alta qualidade e elevados parâmetros técnicos; dá-se ênfase à renovação do sortimento e, antes de tudo, das mercadorias da construção de máquinas.

Em conformidade com o crescimento do consumo individual, o oitavo plano quinquenal apresenta a tarefa de alcançar no ano 1990 o valor do comércio a retalho de 339 mil milhões de coroas, o que significa um aumento de 2,7% anuais. O comércio de géneros alimentícios crescerá dois por cento por ano; o de artigos industriais, 3,4% por ano. A parte do comércio de artigos industriais no volume geral do comércio a retalho aumentará, dessa forma, para 54%, em comparação com 52% em 1985.



No domínio da estrutura do comércio de géneros alimentícios, crescerá a parte dos produtos da pecuária, estabilizar-se-á o consumo de gorduras, de farináceos e doces. Cresce dinamicamente o consumo de frutas, legumes, bebidas não alcoólicas e das iguarias.

O crescimento do comércio de artigos industriais, previsto pelo plano, parte do princípio de que a renovação do sortimento, a introdução de novos tipos de artigos industriais de uso duradouro deverão ser os principais dinamizadores do comércio. A essas mercadorias corresponderão quase 40% do aumento geral do comércio de artigos industriais. Para isso, é necessário, por um lado, renovar a ritmos acelerados o sortimento dos artigos fabricados, ampliar a produção das mercadorias que satisfazem as novas necessidades e, por outro, procurar alcançar neste sentido parâmetros técnico-económicos da produção que permitam garantir a influência em massa de semelhante renovação sobre as alterações no consumo.

Paralelamente à política orientada para a garantia da correspondência entre o crescimento do consumo individual e a contribução laboral individual aperfeiçoar-se-á, nos próximos anos, sob todos os aspectos, o sistema de previdência social.

As novas medidas e actividades a serem levadas à prática neste campo assinalarão, antes de mais nada, uma maior ajuda às jovens famílias com filhos. Trata-se do aumento da duração das férias de gravidez e pós-parto, da definição diferenciada do valor e da duração de pagamento do subsídio de maternidade, do aumento do valor do subsídio pago de uma vez aquando do nascimento de cada filho. No domínio do pagamento de diversos tipos de pensões, serão estudadas as possibilidades de elevação do limite do valor máximo da pensão e ainda o sistema de correcções diferenciadas em relação às pensões em vigor para evitar, deste modo, o atraso do crescimento do valor das pensões em relação ao aumento salarial. Doravante, as pensões passarão a reflectir melhor os

méritos laborais. Tudo isso contribuirá para o reforço do optimismo social no seio dos trabalhadores.

Também no futuro, serão criadas sistematicamente premissas materiais para o Estado continuar a ajudar na educação das crianças, as trabalhadoras com filhos, as pessoas idosas e os inválidos. No oitavo quinquénio, será alargada a rede de estabelecimentos infantis. Assim, por exemplo, 25% mais crianças poderão frequentar as escolas semi-internas e diversos clubes por interesses que elevarão o nível do seu trabalho. Crescerá 10-15% o número de estabelecimentos sociais para as pessoas idosas e inválidas; simultaneamente serão revogadas as diferenças infundadas no apetrechamento de diversos complexos territoriais. O serviço de patronagem ampliará a sua actividade 20-25%.

Melhorarão substancialmente as condições habitacionais. Está planeado construir 480 mil apartamentos de alta qualidade. A construção residencial levará em linha de conta as necessidades do desenvolvimento das forças produtivas, designadamente os aspectos relativos à distribuição e estabilização da mão-de-obra. Crescerá a ajuda do Estado à construção habitacional que se efectua com a participação ou contribuição monetária da própria população, isto é, à construção residencial em co-propriedade, assim como à construção de casas individuais.

Na esfera da saúde pública, que já atingiu um alto nível de desenvolvimento, a principal atenção será dispensada à elevação da qualidade da assistência médica. Aperfeiçoar-se-á o trabalho sanitário-higiénico e profiláctico que passará a abranger uma parte cada vez maior da população, fundamentalmente as crianças em idade pré-escolar. Ampliar-se-á a assistência médica aos trabalhadores directamente nas empresas e cooperativas. Prosseguirá a realização dos programas estatais de saúde, dando-se a principal atenção ao desenvolvimento do sistema de reabilitação curativa e laboral. Por meio de construção de novas unidades e da reconstrução das já existentes, será modernizada a rede de estabelecimentos médicos, aumentando neles o número de camas nas secções de doenças crónicas. O número de médicos aumentará mais quatro mil e o de camas hospitalares, no mínimo, mais onze mil.

A estrutura e o volume de instrução e educação estarão orientados para a intensificação da economia, uma introdução mais rápida das realizações da ciência e técnica na prática de produção. A consecução deste objectivo requer a



elevação do nível do processo lectivo e educacional nas escolas de ensino geral, assim como a redução do número de alunos em cada turma. Particular atenção será dada às premissas materiais e de quadros para a implementação da instrução obrigatória de dez anos nas escolas médias. Prevê-se uma ampliação substancial de utilização da aparelhagem audio-visual e de microcomputadores nas escolas.

À medida do crescimento do nível do progresso técnico-científico, aperfeiçoar-se-á a preparação da juventude para as profissões operárias, especialmente do ponto de vista da elevação do seu nível de formação e mestria profissionais. No sistema de instrução média especializada, a estrutura de algumas disciplinas especiais será adaptada às direcções fundamentais do desenvolvimento técnico-científico a aos objectivos estratégicos do desenvolvimento sócio-económico. No processo de ensino e na actividade prática dos alunos, importante papel será desempenhado pelos sistemas electrónicos de informática e gestão. Os alunos dos estabelecimentos de ensino superior receberão suplementarmente 75 mil metros quadrados de salas de aulas, haverá mais três mil vagas nas residências estudantis, serão construídos muitos novos refeitórios estudantis com a capacidade de 30 mil refeições diárias.

Uma das questões-chave da elevação do nível de vida é a protecção do meio ambiente como parte inalienável e premissa fundamental do desvelo do Estado socialista pelo homem. Por isso, no processo de desenvolvimento da economia nacional e da sociedade, procurar-se-á resolver a premente tarefa da melhoria do estado geral do meio ambiente, em especial da atmosfera, águas, solos e florestas.

Para actividades ecológicas concretas previstas no plano, serão atribuídos 17 mil milhões de coroas. Formula-se uma tarefa extremamente importante: fazer parar a poluição da atmosfera com resíduos sólidos e gases, criar premissas para diminuir, nos anos 90, o grau de poluição da atmosfera com óxidos sulfúrico e nítrico nas zonas de fontes de poluição grandes como as centrais termo-eléctricas. Uma das principais vias de melhoria da atmosfera serão a alteração da estrutura da base de combustíveis e energia, o aumento do papel da energia atómica na produção de energia eléctrica, a ampliação da rede de calefação central, a aplicação de tecnologias de combustão mais perfeitas.

A essas novas tarefas do desenvolvimento económico e social da Checoslováquia, tarefas, como foi salientado no

XVII Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia, mais complexas do que nunca, deve corresponder o respectivo sistema de planificação, gestão e financiamento da economia nacional. Este sistema deve evoluir para não se transformar em freio do desenvolvimento da economia. No congresso, foram feitas críticas ao mecanismo económico existente, ao sistema de planificação e gestão a todos os níveis que, como se frisou, não criam os factores económicos necessários para estimular o aumento da eficácia, qualidade e contribuir para a aceleração do progresso técnico-científico.

É precisamente o progresso em matéria de aplicação prática das realizações da ciência e técnica que, por enquanto, não corresponde às possibilidades e necessidades do desenvolvimento eficiente da economia nacional. Apesar do fortalecimento da base de pesquisas científicas, no quadro da qual trabalham actualmente 192 mil pessoas, e cujos investimentos constituem agora cerca de 3,8% do rendimento nacional, não se conseguiu, por enquanto, tornar o plano de desenvolvimento técnico-científico cerne do plano geral de desenvolvimento da economia nacional.

Neste contexto, foram traçadas novas medidas para o aperfeiçoamento do mecanismo económico. Trata-se, no fundo, de elevar o nível de planificação centralizada, assim como aumentar os direitos e responsabilidade das empresas. Na base da planificação centralizada estarão não tanto os planos anuais, quanto os planos correntes. As regras de longo alcance são hoje, mais do que nunca, instrumento de realização do plano central (isso diz respeito às empresas). Assim, mudará o sistema de realização do plano de Estado: desde as tarefas determinadas em pormenor à gestão através das normativas e princípios determinados de antemão.

Para isso, é necessário adaptar a estrutura organizativa da base técnico-produtiva. A envergadura, as formas e a estrutura orgânica dos agrupamentos empresariais — tudo isso será regulado de modo a garantir não só o cumprimento dos programas de produção estratégicos e básicos, como também satisfazer necessidades concretas e em rápida mutação dos mercados interno e externo. Por isso, conforme a necessidade, serão combinados mutuamente os princípios sectorial e territorial da organização. Prosseguirá o processo de reforço dos laços entre a produção e o comércio interno e externo.

Prevê-se utilizar novas formas de participação dos trabalhadores na gestão, especialmente na elaboração e realização dos planos bem como garantir um desenvolvimento adequado da iniciativa socialista.

A realização das medidas traçadas exercerá influência sobre a vida de cada trabalhador checoslovaco e dependerá directamente de quão coerentemente esta realização se relaciona com a elevada actividade laboral e criadora de todo o povo. O Partido Comunista da Checoslováquia levará a cabo o seu trabalho dirigente e organizador exactamente neste sentido. A concretização auspiciosa dos documentos adoptados no XVII Congresso do PCCh será a melhor contribuição da Checoslováquia socialista para o reforço do poderio e crescimento do potencial económico de toda a comunidade socialista, para a luta pela salvaguarda da paz no mundo inteiro.

# ÍNDICE


INTRODUÇÃO

REPÚBLICA POPULAR DA BULGÁRIA
*(Sófia-Press)* 13

REPÚBLICA POPULAR DA HUNGRIA
*(Budapress)* 24

REPÚBLICA POPULAR DO VIETNAME
*(AIV)* 37

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ
*(Panorama, RDA)* 49

REPÚBLICA POPULAR DA POLÓNIA
*(Interpress)* 60

UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS
*(APN)* 72

REPÚBLICA SOCIALISTA DA CHECOSLOVÁQUIA
*(Agência de Imprensa Orbis)* 84

# O SOCIALISMO em prol do Homem

Edições da Agência de Imprensa Nóvosti